

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

Dissertação

Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional

**“O papel das Associações de Base na recuperação
comunitária em Estados Frágeis no Pós-Conflito:
O caso do bairro de Quelele (Bissau) no pós guerra de 1998-1999”**

João Miguel Godinho Martins

Orientação:

Prof. Doutor Carlos Sangreman Proença

Setembro 2011

Um obrigado ao Prof. Carlos Sangreman por me dar o espaço e as ferramentas para pensar a Guiné, mas acima de tudo pela grande confiança que sempre depositou em mim.

Aos meus amigos “de mestrado”, um abraço especial pelo acolhimento, apoio e amizade.

À Guiné personificada por Mussa Candé, um grande obrigado. Sem ti este trabalho não teria sido possível.

Ao Cadri Baldé, um abraço forte. Sempre que pensar em grupos de jovens, lembrar-me-ei de ti. Força!

À população do Quelele, que tão bem me acolheu e que para sempre guardarei na memória, um grande obrigado.

A todos os que me ajudaram, e em especial à Patrícia Baptista, obrigado pelo entusiasmo contagiante e pelos comentários, críticas e esquemas(!) sempre pertinentes.

À sempre presente Ana Carolina, um muito obrigado pelo excepcional apoio e compreensão.

Aos meus pais, por serem fantásticos e incansáveis. Acima de tudo, por todos os dias mostrarem que posso contar sempre com eles.

RESUMO

Em 1998/1999 a Guiné-Bissau viu-se confrontada com uma Guerra Civil. Num país que era já considerado um Estado Frágil, este acontecimento veio agravar ainda mais as condições de vida da sua população, especialmente em Bissau e na periferia, onde o teatro de guerra se desenrolou. O bairro do Quelele, objetivo do nosso estudo, esteve na linha da frente e passados 10 anos poucos foram os progressos em termos sociais e de infraestruturas.

Num momento em que a Guiné-Bissau se encontra na última fase do pós-conflito, a Sociedade Civil tem um papel importantíssimo a desempenhar, e deste depende o sucesso de todo o país.

A Sociedade Civil e as Associações de Base que a integram constituem o cerne da nossa investigação. Com o nosso trabalho de campo no Quelele analisamos as diferentes formas de organização dos Grupos de Jovens e dos Grupos de Mulheres e as suas principais funções dentro da comunidade, abrindo caminho para a discussão da centralidade das Associações de Base no debate desenvolvimentista.

Os resultados a que chegamos são, na nossa opinião, mais um passo para o aprofundamento do estudo das Associações de Base e do papel importante que desempenham na comunidade e no processo de desenvolvimento dos Estados Frágeis no pós-conflito.

Palavras-chave: Estado Frágil, pós-conflito, Sociedade Civil, Associações de Base, Guiné-Bissau;

ABSTRACT

In 1998/1999, Guinea-Bissau was confronted with a Civil War. In a country already considered a Fragile State, this event worsened its population living conditions, especially in Bissau and its periphery where the theater of war was developed. The neighborhood of Quelele, where we carried out our fieldwork, was in the conflict frontline and, after 10 years, social and infrastructure improvements are minimal.

Now, with Guinea-Bissau in latter stage of post-conflict, Civil Society has a very important role and the entire country is depending on it.

Civil Society and, especially, Community Based Organisations are the main subject of our research. With our fieldwork in Quelele, we analyzed Youth and Women Groups' different organizational structures, and their main functions in the community, making way for the debate about the importance of Community Based Organisations in development issues.

The results achieved in this paper aim to be another step forward in the understanding of Community Based Organisations and, especially, in the communities they serve and within post-conflict Fragile States development processes.

Key words: Fragile State, post-conflict, Civil Society, Community Based Organisations, Guinea-Bissau;

Desafio

*Até parece
que a Sul o tempo parou
até parece que o sol
que nos queima
é obtuso e sisudo
até parece
que fomos privados
do apetite
da vontade
da lucidez
até parece
que irrompemos
d'algum ventre enteado
palavra que parece
Até parece que perdemos o Norte
e que o Sul é recôndito
confinado à malvadez
e cozinhados da fa má
Sul é amargo da boca
e o santo na mão
Será sina castigo ou destino
marcado nos porões negreiros?
E o desespero a fome
a doença os bolsos minguados
todos esses fiéis companheiros
serão mosteiros
ou simples penitência
para salvar a alma do corpo sofredor?
Mas palavra que apetece
soltar um grito
e desafiar de vez
esta força imensa
que se alimenta da minha dor
– da nossa dor!*

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AD	Acção para o Desenvolvimento
AMQ	Associação de Moradores de Quelele
CCJ	Centro Cultural de Jovens
CEA	Centro de Estudos Africanos
CEMFA	Chefe do Estado-Maior Forças Armadas
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EAO	Escola de Artes e Ofícios
FARP	Forças Armadas Revolucionárias do Povo
FMI	Fundo Monetário Internacional
MFDC	Movimento das Forças Democráticas da Casamansa
ONG	Organização Não Governamental
PAANE	Programa Apoio aos Actores Não Estatais
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
RVQ	Rádio Voz Quelele
UEMOA	União Económica e Monetária do Oeste Africano
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ÍNDICE

Resumo	ii
Abstract	iii
Siglas e Acrónimos	iv
I. Prólogo e reflexões iniciais	1
II. Conceitos teóricos e aplicação prática	6
<i>a. Estado Frágil: Guiné-Bissau</i>	<i>6</i>
<i>b. Pós-Conflito: Evolução das necessidades no Quelele</i>	<i>11</i>
<i>c. Sociedade Civil: Associações de Base e a sua importância na comunidade</i>	<i>17</i>
III. Notas gerais e Hipóteses de Pesquisa	29
Anexos	35
Referências Bibliográficas	48

I. PRÓLOGO E REFLEXÕES INICIAIS

A tríade “Estado Frágil, Pós-conflito e Sociedade Civil” é tema atual na literatura internacional. No entanto, a produção científica lusófona sobre esta temática não é extensa. Esta carência é a raiz da escolha do tema abordado. A presente dissertação pretende ser mais um contributo para a percepção da importância da Sociedade Civil, e em especial das Associações de Base, no pós-conflito. Utilizando o caso da Guiné-Bissau, e em específico de um bairro periférico de Bissau, o Quelele.

Definimos, como principais, os seguintes objectivos de estudo:

- Perceber a evolução das necessidades básicas de uma comunidade no pós-conflito, sem apoio do Estado;
- Dissecar a composição estrutural e funcional das Associações de Base, nomeadamente dos “grupos de jovens” e dos “grupos de mulheres”;
- Analisar a capacidade das Associações de Base no apoio à recuperação comunitária em estados frágeis no pós-conflito;
- Perspetivar necessidades de investigação futura;

Na elaboração deste estudo, tomámos como principais hipóteses:

- A escassez de recursos e ausência do Estado favorecem a criação de associações comunitárias que preencham essas lacunas;
- A população guineense tem fortes tradições associativas e comunitárias;
- A Mulher é o principal motor do desenvolvimento comunitário;
- A pouca atratividade dos bairros periféricos, para a comunidade internacional, prejudica a disponibilização de fundos para apoio a iniciativas locais;

A investigação realizada para este trabalho, implicou a definição de um conjunto de quatro etapas bem definidas no quadro cronológico (anexo II).

Assim, a primeira etapa, materializou-se na Pesquisa e Análise Bibliográfica. Esta pesquisa incidiu sobre duas importantes áreas: o contexto sociopolítico da Guiné-Bissau e a análise conceptual da temática. Desta forma, pretendemos ganhar uma noção do contexto a estudar, e ao mesmo tempo uma perceção daquelas que são as linhas de pensamento relativas ao pós-conflito, presentes na literatura nacional/internacional.

A segunda etapa, resultou na pesquisa de resultados empíricos, analisando trabalhos de investigação, incidindo ou não sobre o caso específico da Guiné-Bissau.

A terceira etapa, onde destacamos o trabalho de campo como ponto fundamental da nossa investigação, dividiu-se em quatro fases: “(a) planificação da pesquisa, (b) recolha da informação, (c) registo da informação, (d) análise da informação” (Costa, 1986: 143). Durante o trabalho de campo, baseámos a nossa abordagem num misto de participações interferentes e não interferentes. Participação interferente, através da condução de entrevistas semiestruturadas a diversas personalidades representativas da Sociedade Civil, e participação não interferente através do contacto informal com a população do Quelele (Quadro de entrevistas efetuadas – Anexo V).

Numa etapa final, procedeu-se ao tratamento geral e integrado de todas as ferramentas recolhidas nas etapas anteriores. A conclusão desta etapa, termina com a apresentação do trabalho.

Estrutura do trabalho

A liberdade criativa que o ISEG conferiu aos mestrandos, não fornecendo um conjunto de regras específicas sobre a apresentação das dissertações a serem avaliadas, permitiu-nos expor o tema de forma mais suave, interligando os conceitos teóricos com a realidade prática.

Introdutoriamente, começamos com o “Prólogo e Reflexões Iniciais”, onde explicitamos a nossa abordagem ao trabalho, e contextualizamos a Guiné-Bissau, e o bairro do Quelele, como o nosso caso de estudo. Continuamos com “Conceitos teóricos e aplicação prática”, onde

cruzamos a conceptualização teórica presente na literatura internacional com a história recente da Guiné-Bissau e a matéria recolhida durante o trabalho de campo. Em jeito de conclusão, finalizamos com “Notas Finais e Hipóteses de Pesquisa” onde transformamos a informação recolhida em “lições a retirar” e perspetivamos “hipóteses de pesquisa futura”.

Guiné-Bissau: Sociedade e Resenha Histórica

A Guiné-Bissau é um pequeno Estado da África Ocidental, membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Para além do território continental, delimitado pelo Oceano Atlântico, pelo Senegal e pela Guiné (-Conacri), integra cerca de 80 ilhas que constituem o Arquipélago das Bijagós.

Socialmente é considerado um país bastante heterogéneo. Vários autores subdividem a sociedade bissau-guineense por religião (Etnias Animistas e Islamizadas), por tipo de organização (Sociedades Verticais e Horizontais¹), ou mesmo em termos de origem social, como é sugerido por Jean Pierre Lepri (1986: 143), que define claramente 3 grupos sociais, as sociedades *indígenas* (origem no lugar), as *arabógenas* (origem árabe) e as *europógenas* (origem europeia).

De seguida apresentamos uma breve descrição dos grupos étnicos animistas e islamizados (consultar anexo III para uma descrição mais detalhada):

Etnias Animistas

As sociedades animistas caracterizam-se por acreditarem num “Deus que é criador onnipotente e que tem a melhor das intenções para com a humanidade. Mas este Deus está longe e inacessível. Os seres humanos só podem solicitar a sua proteção e clemência através de forças intermediárias espirituais às quais é dado o nome de Irã” (Jong, 1988: 3)

Estas sociedades estruturam-se em organizações horizontais, onde a família é o elemento de poder, como é o caso dos Balantas, e verticais onde, para além da família, existe o conselho de

¹ As Sociedades Horizontais não apresentam estrutura de classe, as Sociedades Verticais são hierarquizadas em

tabanca, e acima deste o Régulo, como é o caso dos Manjacos, Papeis, Mancanhas e Bijagós (Nóbrega, 2003).

Etnias Islamizadas

A presença islâmica na Guiné-Bissau é notória, especialmente devido aos Mandingas, aos Fulas e aos Beafadas. No entanto estas etnias não devem ser apelidadas de islâmicas, mas sim de islamizadas. Embora reconhecidos seguidores do Corão, dois argumentos justificam esta designação, o recurso persistente a curas e rituais animistas, como as mezinhas e o “toca-choro”, e por não terem origem muçulmana, foram islamizados antes da sua migração para o território atual da Guiné-Bissau. (Dias, 2003)

A história da Guiné-Bissau começa a ser escrita com os primeiros contactos, alegadamente, estabelecidos em 1446 por Nuno Tristão² mas é apenas em 1912, com a entrada em cena de Teixeira Pinto³, que se inicia a “pacificação de toda a colónia”, alcançada em 1936 com a subjugação dos Bijagós, e finalmente de toda a Guiné-Bissau (Pélissier, 1986).

A independência da Guiné-Bissau começou a desenhar-se quando, nos anos 60, Portugal percebeu que para fomentar a descolagem (rostowiana) das “províncias”, em especial da Guiné-Bissau, precisaria de formar quadros técnicos locais. Amílcar Cabral⁴ fez parte do grupo de pessoas a quem foi proporcionada a oportunidade de estudar na “metrópole”. Em Lisboa, Cabral integrou o Centro de Estudos Africanos (CEA) onde começou a idealizar a independência da Guiné-Bissau. O seu regresso a Bissau, marca o início do caminho que leva a Guiné-Bissau das docas do Pidjiguiti⁵ às colinas do Boé⁶.

Na década de 70 cada vez mais perto de concretizar os seus objectivos políticos, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) sofre um revés com o

² Navegador português do séc. XV

³ Capitão do Exército Português, ficou conhecido pelas suas conquistas belicistas.

⁴ Amílcar Cabral (1924-1973), foi o mais aclamado pensador guineense. É considerado o principal impulsionador da luta pela independência da Guiné e Cabo Verde

⁵ No massacre do Pidjiguiti, 50 trabalhadores foram assassinados quando reivindicavam os seus direitos, acontecimento que precipitou o PAIGC sobre a luta armada

⁶ Local histórico onde a 24 de Setembro de 1973 foi declarada a independência

assassínio de Amílcar Cabral. No entanto, este acontecimento não abrandou o processo de libertação nacional e passados oito meses, Aristides Pereira⁷ proclama unilateralmente a independência da Guiné-Bissau, assumindo-se o PAIGC como partido único e legítimo defensor dos guineenses. Era então tempo de organizar a governação, e foi aqui que, no nosso entender, as dificuldades começaram a surgir. Mário Cabral, político bissau-guineense, em entrevista a Carlos Lopes (1982: 166), relatava que “não houve uma preparação para a tomada do poder e mesmo após a proclamação formal do Estado, no Boé, ainda se discutia de como deviam ser organizados os diferentes Comissariados (Ministérios).” Era preciso cortar com as instituições colonialistas para libertar realmente o povo guineense da exploração a que, segundo o PAIGC, estava sujeito. Mas naquele momento, só as estruturas do Estado Colonial podiam permitir o funcionamento a curto prazo. E essa foi a opção seguida por Luís Cabral⁸, o primeiro Presidente da República da Guiné-Bissau. (Para uma análise esquemática da História da Guiné-Bissau, analisar anexo XII)

O Quelele

O Bairro de Quelele é um dos vários bairros periféricos de Bissau. Com génese em 1983, foi resultado da expansão urbanística da capital bissau-guineense. Em 1990, sofreu um aumento avassalador na construção de habitações, tornando-o o bairro com mais alta taxa de crescimento em Bissau (Sangreman P. , 2000).

As diversas conversas informais que mantivemos durante o trabalho de campo dão-nos uma percepção daquilo que era o Quelele antes do “7 de Junho”. Registamos vários relatos sobre o desenvolvimento de que o bairro foi alvo – “antes do conflito havia emprego, em algumas casas havia luz e água”⁹, “o bairro estava a evoluir, mas a guerra destruiu tudo”¹⁰. Isto era, também, reflexo do apoio dado pela ONG Apoio ao Desenvolvimento (AD) e pela Associação dos

⁷ Aristides Pereira (1923-2011), foi o Primeiro presidente da República de Cabo Verde.

⁸ Luís Cabral (1928 – 2009), irmão de Amílcar Cabral, foi o primeiro presidente da Guiné-Bissau, tendo sido deposto em 1980

⁹ Entrevista com Braima Sila (E10)

¹⁰ Entrevista com Baio Incasu (E9)

Moradores de Quelele (AMQ), que surgiram no início dos anos 90 e se viram legalizadas em 1994, quando 70% das habitações do Quelele eram ainda “palhotas”¹¹.

Para além do contributo da AD/AMQ, Mamadu Djaló¹² alerta-nos para a pro-atividade da população: No princípio dos anos 90 organizaram-se encontros formais entre os mais velhos, onde se identificaram as necessidades mais prementes do bairro e quais as estratégias a adotar, tendo ficado acordado que os poços, o mercado, o urbanismo e o saneamento, seriam os principais eixos da estratégia de desenvolvimento.

Antes do conflito o Quelele era um bairro pobre mas que já contava com infraestruturas importantes, como as escolas e o centro de saúde, existindo também, com projetos de requalificação urbana.

Em 1998/1999, o Quelele foi um dos bairros que mais sofreu com o conflito: Infraestruturas destruídas, casas pilhadas, baixas civis. “Grandes prejuízos” patentes nas palavras de Maria Quinta Moreira¹³ que nos explicava como “foram destruídos os furos de água”, ou como a população viu a única escola pública do bairro ser bastante danificada, ou o centro de saúde ficar, até aos dias de hoje, sem o painel solar que servia como única fonte de energia.

II. CONCEITOS TEÓRICOS E APLICAÇÃO PRÁTICA

a. Estado Frágil: Guiné-Bissau

Cinco anos após a independência, a Guiné-Bissau não estava a corresponder às expectativas. A conjuntura vivida em 1980 era consequência de vários acontecimentos, enumeramos os descritos por Nóbrega (2003: 220): i) Situação económica calamitosa, nacionalizações e subsequentes investimentos na economia com resultados longe do previsto; ii) Descontentamento nas Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), dificuldades no pagamento dos salários e total abandono das infraestruturas militares; iii) Repressão, regime

¹¹ Entrevista com Tomane Camara (E2)

¹² Entrevista com Mamadu Djaló (E15)

¹³ Entrevista com Maria Quinta Moreira (E18)

repressivo de Luís Cabral, especialmente no que concerne às autoridades tradicionais, aos que contestavam o princípio da unidade Cabo Verde – Guiné-Bissau e aos ex-comandos; iv) Revisão Constitucional, criticada por beneficiar cabo-verdianos em detrimento dos bissau-guineenses e por, manifestamente, dar mais poderes ao Presidente da República.

No dia 14 de Outubro de 1980, após 5 anos de independência com pelo menos uma tentativa de tomada do poder pela força, dá-se o primeiro golpe de estado ao regime de Luís Cabral. O autointitulado Movimento Reajustador, encabeçado por “Nino” Vieira¹⁴, afirmava querer trazer o partido de volta à sua génese ideológica, pretendendo sobretudo uma cisão com a facção cabo-verdiana. Como refere Guilherme Zeferino (2003: 40), “a diferença entre uma classe dirigente vivendo num luxo ostensivo e a população desprovida dos elementares bens de primeira necessidade era inaceitável”, o que nos revela que a pequena burguesia não se tinha suicidado enquanto classe “para ressuscitar como trabalhador revolucionário, inteiramente identificado com as aspirações mais profundas do povo a que pertencia”, como teria previsto Amílcar Cabral (1974: 55).

Seguiram-se (quase) duas décadas, com “Nino” Vieira como Presidente da República, caracterizadas como conturbadas e férteis em conflitos internos no PAIGC e em tentativas de golpe de estado (como foi o “17 de Outubro”¹⁵).

No início da década de 1990, com a queda da União das Repúblicas Soviéticas Socialistas (URSS), intensifica-se a ajuda internacional à Guiné-Bissau, condicionada a determinadas premissas democráticas, como a liberdade de expressão e o pluripartidarismo. Em 1991, com a revisão constitucional são, pela primeira vez, feitos reais esforços na democratização do estado.

Vários partidos e organizações da Sociedade Civil surgem no seguimento destas modificações. De facto, esta “abertura à democracia permitiu a um grupo de quadros, com cultura académica e com experiências nos departamentos estatais de promoção ao desenvolvimento e cooperação,

¹⁴ João Bernardo “Nino” Vieira (1939-2009) foi por três vezes Presidente da República da Guiné-Bissau. Esteve diretamente relacionado com o conflito de 1998/99, tendo sido afastado do seu cargo no final do conflito.

¹⁵ Tentativa de golpe de estado, reprimido por “Nino” Vieira com diversas execuções.

constituir Associações, com projetos diversificados contra a degradação do Estado, assumindo um discurso baseado na *revitalização da sociedade*” (Sangreman et al., 2006: 28). Na sequência deste contexto, realizam-se em 1994 as primeiras eleições da Guiné-Bissau que, com uma elevada participação, elegem “Nino” Vieira para Presidente da República (contra Kumba Yala¹⁶), sendo o PAIGC o partido mais votado para as eleições legislativas.

Em 1997/1998, a situação tensa que se registava junto à fronteira com a região de Casamansa (Senegal), devido ao alegado tráfico de armas entre a Guiné-Bissau e o Movimento Forças Democráticas da Casamansa (MFDC), tem um desfecho dramático. “Nino” Vieira, pressionado pela França e pelo Senegal para pôr cobro a estas atividades, acusa diretamente o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (CEMFA), Brigadeiro Ansumane Mané¹⁷, de ser o responsável, suspendendo-o e, mais tarde, contra as conclusões da “Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Tráfico Ilegal de Armas Para os Independentistas de Casamansa”, demitindo-o do seu cargo. Mané, sentindo-se pessoalmente desrespeitado, responde dando início às hostilidades.

Assim, em 1998 irrompe o intenso conflito que opôs a auto intitulada Junta Militar ao Presidente “Nino” Vieira. Guilherme Zeferino, que aprofundou o estudo sobre este acontecimento, revela causas internas e externas na génese dos problemas.

Ao nível interno, a situação económica pouco tinha evoluído desde 1980, o Fundo Monetário Internacional (FMI) tinha iniciado a sua intervenção, a Guiné-Bissau aderido à União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) e ao Franco CFA. No seio do PAIGC vivia-se também um momento de crise, que opunha a facção de Manuel Saturnino da Costa¹⁸ e Malam Bacai Sanhá¹⁹ a “Nino” Vieira.

Como factores externos mais pertinentes, Guilherme Zeferino (2003: 55) destaca as políticas externas de Portugal e França, e a sua rivalidade estratégica e cultural e, a questão do

¹⁶ Kumba Iala (1953 -) político guineense balanta, foi eleito presidente da Guiné-Bissau em 2000 e deposto em 2003

¹⁷ Ansumane Mané (1940 – 2000) foi Líder da Junta Militar que despoletou o conflito a 7 de Junho de 1998

¹⁸ Manuel Saturnino da Costa (1942-) foi primeiro ministro entre 1994 e 1997 com o apoio de Nino Vieira

¹⁹ Malam Bacai Sanhá (1947-) é o atual Presidente da República da Guiné-Bissau

Casamansa. Esta última juntamente com o “eterno problema dos combatentes”²⁰ referido por Nóbrega (2003: 280), foram, sem dúvida, os factores que precipitaram o conflito.

Estados Frágeis

O conceito de Estado Frágil está longe da consensualidade entre autores e doadores. “Estados falhados”, “parcerias difíceis”, “Low Income Countries Under Stress” (LICUS), são várias denominações para conceitos semelhantes. Assim, embora a designação “Estado Frágil” tenha, nos últimos tempos, assumido uma maior aceitação, a sua própria definição está ainda sujeita à diferente abordagem de cada doador, pelo que seguidamente apresentamos um quadro que resume as definições chave.

Doadores	Definições de Estado Frágil
Department for International Development (DFID)	Estados em que o governo não pode ou não consegue desempenhar as suas funções junto de toda a população, especialmente junto dos mais pobres. Não restrita aos países afectados pelo conflito;
Banco Mundial	Caracteriza-se pelas fragilidades políticas, instituições e governação. Os governos têm dificuldade em utilizar a ajuda internacional na redução da pobreza;
United States Agency for International Development (USAID)	Distingue duas categorias: Vulneráveis – Não querem ou não conseguem oferecer condições mínimas de segurança e os serviços básicos a grande parte da população; Em crise – O governo não controla o seu território, ou é incapaz de oferecer um conjunto de serviços básicos a grande parte deste;
OECD-DAC	Quando os governos e as estruturas estatais não tem capacidade ou vontade política para assegurar a segurança pública, a boa governação e

²⁰ Com “eternos problemas”, Nóbrega refere-se às reivindicações de melhores salários, melhores condições de vida, e o reconhecimento do estatuto de combatente da luta de libertação.

a redução da pobreza;

União

Europeia

Quando não existe contrato social, e o governo é incapaz ou se recusa a executar as suas funções básicas e as suas responsabilidades na promoção do Estado de Direito, dos Direitos Humanos, das liberdades fundamentais, na redução da pobreza, etc;²¹

Adaptado de “*Working with Civil Society in Fragile States*”, 2009 de Michelle Dowst

Embora diferentes, todos estes conceitos conseguem pictorizar a incapacidade de ação em que estes Estados se encontram.

A coerência entre as definições dadas e a história da Guiné-Bissau, enquanto nação independente, indica-nos claramente que já antes do conflito estávamos perante um Estado Frágil.

Para fazer face às situações de extrema pobreza, descritas pelas definições apresentadas e, vividas na Guiné-Bissau, onde mais de um terço das crianças sofre de má-nutrição (OPLOP, 2011), e as populações se sentem impotentes para moldarem o seu futuro, têm sido, na última década, muito discutidas as novas abordagens, em termos da ajuda internacional, a estes Estados. De acordo com Dowst (2009: 1), “a promoção do desenvolvimento nos Estados Frágeis tem sido um dos maiores desafios e objetivos da comunidade internacional” (nossa tradução).

Como poderemos constatar neste trabalho apresenta-se, relativamente consensual, como uma das novas abordagens, o aparecimento da Sociedade Civil como ator chave na superação desta condição.

b. Pós-Conflito: Evolução das necessidades no Quelele

O conflito intermitente durante 11 meses, do qual resulta o elevado êxodo populacional, com a deslocação da população de Bissau para Bafatá e Gabú²², culmina com a capitulação de “Nino”

²¹ Nota do Conselho da União Europeia de 19 Novembro 2007, consultada a 6 de Agosto, acedida em <http://register.consilium.europa.eu/pdf/fr/07/st15/st15118.fr07.pdf>

²² In Agência Lusa, Lisboa, 2 de Agosto 1998

Vieira. Começa aqui o pós-conflito. Este período (em que a Guiné-Bissau ainda se encontra), tem uma duração média entre 10 a 20 anos.

A literatura internacional, advertindo-nos para a necessidade de tratar cada caso individualmente, acaba por ser relativamente consensual no que se refere à divisão do período de pós-conflito em três fases. Assim, utilizamos a conceptualização de Anderlini & El-Bushra (2004) para descrever este período no que concerne à Guiné-Bissau:

1ª Fase: Resposta inicial ou período de emergência: é o período que sucede ao término das hostilidades e marca a entrada da Ajuda Humanitária no país/região;

Dado o conflito de 98/99, na Guiné-Bissau ser caracterizado por picos de violência e concentrado na capital do país, possibilitou a instalação, durante o conflito, de organizações de ajuda humanitária no terreno, que, entre outras funções, prestavam apoio às populações deslocadas no interior. No entanto, foi em Maio, com o final do conflito, que a ajuda se intensificou e se começou a preparar a sucessão democrática.

2ª Fase: Transformação ou transição, período marcado pelas eleições, quando as autoridades locais legítimas florescem e a atenção se começa a virar da Ajuda Humanitária para reabilitação, recuperação e reconstrução;

As eleições de 1999, elegem Francisco Fadul²³ como primeiro-ministro, e Kumba Yala (que já tinha sido derrotado em 1994) como sucessor de “Nino” Vieira na Presidência da República.

Não obstante a transição política, o ano de 2000 começa com as ONG a denunciar a violação da liberdade de expressão, alertando para a “necessidade de manter o respeito pelos princípios que orientam a convivência cívica, evitando confrontações públicas” (Lopes C. , 2010: 111-112). Estes factos vieram contribuir para uma imagem negativa do país e desviar as atenções daquilo que era essencial: reabilitação, recuperação e reconstrução.

²³ Francisco Fadul (1953 -) foi primeiro-ministro da Guiné-Bissau entre 1998 e 2000 (na primeira parte como primeiro-ministro de transição e depois eleito)

Nesse mesmo ano, militares leais a Kumba Yala assumem um desentendimento com aqueles que eram leais a Ansumane Mané que, recentemente autoproclamado Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, acabaria por ser assassinado, acusado de estar a preparar um novo golpe de estado. (Lopes C. , 2010)

O agitado mandato de Kumba Yala, com diversas mudanças de primeiro-ministro, exonerações do Procurador Geral da República e do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, e muitas demonstrações de desagrado por parte da oposição, começava a ser visto com maus olhos pela comunidade internacional, que encarava com preocupação um país que ainda estava muito longe da pretendida fase desenvolvimentista.

No Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) começa a ser discutida a violação dos direitos humanos e sindicais e o silenciamento da imprensa e de figuras públicas, denunciados pela Liga Guineense dos Direitos Humanos e pela União Nacional dos Trabalhadores. Na sequência destes factos, a 14 de Setembro de 2003, o CEMFA General Veríssimo Seabra²⁴ anuncia que os militares tomaram o poder, pondo termo ao mandato de Kumba Iala (Lopes C. , 2010). A 28 de Setembro é assinada a Carta de Transição Política, por militares, políticos e pelas organizações da Sociedade Civil, que acabaria por não ser respeitada por Artur Sanhá²⁵ o que, em 2004, levou à apresentação de uma moção de censura por parte dos partidos políticos na oposição e das Organizações da Sociedade Civil (OSC). Carlos Gomes Júnior assume então, pela primeira vez, o lugar de primeiro-ministro. A instabilidade política mantém-se no país até às novas eleições presidenciais, opondo agora, os repetentes Malam Bacai Sanhá, “Nino” Vieira e Kumba Yala, tendo Francisco Fadul também participado. Na segunda volta, acaba por ganhar “Nino” Vieira, que se manterá como Presidente até 2009, ano do seu assassinio.

Depois de realizadas novas eleições, Malam Bacai Sanhá é eleito Presidente da República, cargo que mantém atualmente. Como Primeiro-Ministro, a Guiné-Bissau conta com Carlos Gomes Júnior, que voltava a assumir a pasta em 2008.

²⁴ Veríssimo Seabra (1947-2004) foi um militar bissau-guineense que ficou conhecido por liderar o golpe de estado de 2003

²⁵ Artur Sanhá (1965 -) foi Primeiro-Ministro do governo de transição entre 2003 e 2004

3ª Fase: Desenvolvimento e promoção da sustentabilidade: quando se consolidam os esforços de recuperação prevenindo o ressurgir da violência, apoiando o governo eleito com diversos programas socioeconómicos.

Na realidade bissau-guineense, é difícil definirmos uma data para esta transição. A nossa escolha recai no período de eleições de 2008 e 2009, fundamentada na estabilidade, daí decorrente, registada nos diversos testemunhos. De facto, não podemos analisar esta questão considerando apenas o apoio socioeconómico dos doadores internacionais, devemos antes observar a estabilidade alcançada desde 2008 e os seus resultados, como o recente fornecimento de eletricidade (a partir de 2010) em Bissau e também no bairro de Quelele. Segundo Emiliana²⁶, “desde que o atual governo tomou posse, e em especial desde a morte de “Nino” Vieira, notaram-se alguns sinais de mudança e de desenvolvimento”.

Evolução das Necessidades no Pós-Conflito

O estudo de Sangreman (2000) realizado durante o período 1998-2000, dá-nos uma ideia muito concreta das condições de vida dos habitantes do bairro do Quelele.

A análise da evolução das necessidades da população, que apresentamos de seguida, é fundamental para contextualizarmos as suas condições de vida da população, e para posteriormente concluirmos sobre a importância e os constrangimentos da ação das Associações de Base.

Habitação

Durante o conflito 805 casas foram danificadas (50% do total), os danos eram mais visíveis em termos da sua cobertura – “durante a guerra, as bombas furavam o zinco dos telhados”²⁷. Os moradores alertavam, também, para as perdas materiais: portas, mobiliário, equipamento doméstico, etc. (Sangreman C. , 2000)

²⁶ Entrevista com Emiliana (E5)

²⁷ Entrevista com Maria Quinta Moreira (E18)

No pós-conflito as habitações foram reconstruídas, não sendo agora uma preocupação prioritária para a população.

Água

Aquando da observação de Sangreman (2000), 25% da população tinha acesso a água canalizada ou a fontanários. Mesmo assumindo que a água era tratada, estávamos perante um valor muito baixo.

Apesar de não haver dados quantitativos atualizados, pudemos observar que a grande maioria das casas continua a não ser abastecida por água canalizada, e os pontos de abastecimento de água públicos, por vezes a mais de 2 quilómetros da população que servem, dividem-se em fontes sem qualidade assegurada e furos, na sua maioria, danificados.

Energia Eléctrica

O nível de abrangência de iluminação pública e de fornecimento de energia privada, foi bastante prejudicado pelo conflito, situação que se manteve durante um longo período. Apenas em 2010, começaram a ser evidentes ténues melhoramentos. De facto, registámos relatos que concluíam que o Bairro do Quelele era esporadicamente servido por iluminação pública, em zonas onde previamente teriam sido instalados postes de iluminação.

Limpeza urbana e Saneamento (Latrinas)

A observação de Sangreman (2000: 41) aponta-nos um cenário bastante negativo, “as condições de saneamento são bastante más, partindo do princípio que o “cerco” é um meio muito rudimentar e pouco higiénico de esgotos. Sendo conhecidas as reticências da população a ter fossa, o número recenseado é razoável. As famílias com a melhor das alternativas – as latrinas – são muito poucas”. De facto, antes do conflito a AD apostou num projeto de construção de latrinas, e em 1995 o Quelele passava a contar com 75 instalações.

No momento da nossa investigação não se registavam melhorias a este nível. Os problemas de saneamento eram os mais evidentes no Quelele. O “cerco” continuava a ser a principal infraestrutura utilizada pela população, e as 75 latrinas encontravam-se cheias e inutilizadas.

Adicionalmente, a limpeza urbana surge, também, como umas das principais preocupações da população. A falta de consciência cívica por parte dos habitantes e a ausência de serviços/infraestruturas que garantam a limpeza das ruas é uma forte ameaça à saúde pública.

Educação

À data da nossa investigação encontrámos no Quelele, uma escola pública, mais de 20 escolas privadas e uma escola técnica, a Escola de Artes e Ofícios (EAO).

As escolas privadas, que começaram a surgir durante a década de 90, muitas sem qualquer tipo de infraestrutura²⁸, fruto da vontade dos professores e do apoio da AD, foram bastante prejudicadas pelo conflito. Muitas fecharam, e outras demoraram bastante tempo a conseguir voltar a exercer a sua atividade.

A escola pública foi também uma das que mais sofreu com o conflito. Todo o material (secretárias, livros, etc.) foi pilhado, e as infraestruturas (cobertura, furo de água, etc.) bastante danificadas. Aquando da nossa investigação, apesar das enormes dificuldades ainda sentidas e da ausência de qualquer apoio do Estado, registámos progressos muito significativos numa escola que conta agora com cerca de 2000 alunos da 1^a à 6^a classe.

A EAO surge, já depois do conflito, como uma aposta da AD no ensino técnico, sendo agora umas das mais prestigiadas escolas técnicas da Guiné-Bissau.

Saúde

Os serviços de saúde do Quelele estão a cargo do centro de saúde local. Registámos muitas carências a todos os níveis, nomeadamente infraestruturas bastante danificadas, sem eletricidade, ausência de médicos (8 enfermeiros e 2 técnicos de laboratório), e apenas com

²⁸ Por exemplo as tradicionais aulas dadas de baixo dos mangueiros.

medicamentos de primeira necessidade fornecidos pelo Ministério da Saúde. Todas as carências registadas têm as suas raízes no conflito. Relata-nos a enfermeira geral que “existia um painel solar fotovoltaico que foi furtado durante o conflito, e que, desde então utilizaram uma ligação elétrica a casa de um funcionário do Ministério da Saúde. Infelizmente com o seu falecimento também a energia se extinguiu”²⁹.

Por outro lado, observámos um Centro de Saúde bastante ativo e que, apesar das dificuldades de funcionamento, oferecia uma importante diversidade de serviços à população (Puericultura, consulta pré-natal, tratamento tuberculose, vacinação, partos, etc).

Comércio

O Mercado do Quelele é, do ponto de vista económico, a infraestrutura mais importante deste bairro. É lá que as famílias se abastecem, é lá que se faz o pequeno comércio e é neste mercado que está o sustento de muitas famílias do Quelele.

É uma infraestrutura bastante rudimentar, e as bancas existentes são artesanais (feitas pelos próprios vendedores), não se registando nenhuma evolução após o conflito.

Atividades Lúdicas

Em grande parte, senão totalmente, deve-se à AD a existência de equipamentos e infraestruturas que permitem à população, nomeadamente aos jovens, desenvolver atividades para além das escolares ou profissionais.

Em 1998/99 existia já o Centro Cultural Juvenil (CCJ) onde se faziam “espetáculos culturais, transmissões televisivas de jogos e programas, leituras, etc” (Sangreman C. , 2000) e a Rádio Voz de Quelele (RVQ) que trabalhava com a comunidade, formando, sensibilizando e dando a conhecer outras realidades. Foram ambos bastante afetados pelo conflito. Segundo a investigação de Sangreman (2000), as infraestruturas do CCJ foram completamente destruídas e

²⁹ Entrevista com Constantina Umpeça (E23)

o seu material pilhado na totalidade, a RVQ foi apenas parcialmente destruída embora também todo o seu equipamento fosse pilhado.

No pós-conflito estas duas infraestruturas foram recuperadas e melhoradas, e o Quelele passou também a contar em 2001 com a televisão comunitária “TvKlélé”³⁰, em 2003 com um Centro Juvenil Multimédia “que permite aos jovens do bairro ter acesso à internet, a uma sala de estudos e de leitura de jornais, assim como a uma biblioteca com romances, livros técnicos e dicionários”³¹.

Zonas

Como veremos, com mais detalhe, no ponto seguinte, o bairro do Quelele está organizado por 11 zonas geográficas, cada uma conta com um coordenador, cuja função é indispensável. As preocupações/necessidades da comunidade são, por eles, sobejamente conhecidas, e a sua satisfação depende também, em parte, da sua pro-atividade. Assim, encontramos em anexo um quadro que detalha os pontos fracos e os pontos fortes de cada zona, quais as reais necessidades da população, e qual a sua perspectiva para o desenvolvimento do bairro.

c. Sociedade Civil: Associações de Base e a sua importância na comunidade

O conceito de sociedade civil é discutido pela ciência política desde a Idade Moderna. De John Locke ao contemporâneo Jürgen Habermas, vários foram os filósofos e cientistas políticos que se debruçaram sobre esta temática. Chamamos a atenção para Alexander de Tocqueville, que realça a importância das associações civis como escolas de democracia, onde são apreendidos o pensamento, as atitudes e os comportamentos democráticos, com o objectivo de proteger e defender os direitos individuais de regimes potencialmente autoritários ou tiranos, e onde

³⁰ Assume-se como uma televisão “ambulante” organizando sessões pontuais na comunidade do bairro de Quelélé em Bissau ou noutros locais do país, como Canchungo, por exemplo. A população é convocada a participar na apresentação de uma emissão de rua, da qual constam vários programas: noticiário das actividades da comunidade, um spot ou mensagem sobre a higiene, saúde ou agricultura, uma parte cultural (vídeo-clip ou dança e canto tradicional ou pequena peça de teatro) e finalmente o tema forte que irá ser o motivo de debate comunitário.

³¹ Relatório AD 2003, consultada a 6 de Agosto, acedida em http://www.adbissau.org/informacoesinstitucionais/AD_RelatorioActividades2003.pdf

virtudes cívicas como tolerância, honestidade e responsabilidade são incorporadas no carácter dos indivíduos (Paffenholz & Spurk , 2006).

Para estabilizarmos o conceito neste trabalho, referir-nos-emos a Sociedade Civil como o grande leque de organizações não governamentais e sem fins lucrativos com interesses na coisa pública, com interesses étnicos, culturais, políticos, científicos, religiosos ou ainda com interesses filantrópicos (Banco Mundial, 2001). No entanto, há que sublinhar a ocidentalidade deste conceito. Na verdade, Sociedade Civil é um conceito muito ligado à temática do feudalismo, da monarquia, ou do Estado no pós revolução industrial. Outras conceptualizações existem mas, com certeza, longe do centro da discussão internacional sobre o tema. Assim, e como também sugere Appiagyei-Atua (2002), o debate sobre a aplicação de um conceito ocidental a sociedades não-ocidentais também floresce.

Segundo Paffenholz & Spurk (2006), existem duas abordagens para analisar a sociedade civil, uma com enfoque nos atores, e outra que destaca as suas funções. Na primeira, a dificuldade em definir quem faz, ou não, parte da Sociedade Civil (ONG, os media, a diáspora, grupos religiosos, grupos de artistas, grupos de jovens, etc.), torna ainda mais difícil a delimitação da área sectorial da sua ação. Na segunda, o autor apresenta os modelos de Merkel & Lauth (1998) e de Edward (2004), através de um modelo de 7 funções, que já incorpora o contributo da prática da Cooperação e Desenvolvimento, apontando assim como funções principais da Sociedade Civil:

Proteção dos cidadãos: proteção dos indivíduos contra agressões do estado;

Acompanhamento e responsabilização: monitorização das atividades governamentais (direitos humanos, despesa pública, etc.);

Advocacia e Comunicação pública: ser a voz da população, colocar temas importantes na agenda política;

Sociabilização: inculcar valores como a tolerância e a democracia;

Reforçar comunidades: fortalecer as ligações entre cidadãos, promover a coesão social;

Intermediação cidadãos-estado: desempenhar um papel de negociação entre as duas partes;

Fornecimento de serviços: a provisão direta de serviços à população, especialmente em situações de estados frágeis;

Estas funções são características na Sociedade Civil bissau-guineense. De facto, segundo Patrícia M. Ferreira (2007: 5), “a sociedade civil guineense, apesar de frágil e institucionalmente debilitada, é muito ativa em comparação com outros países da África subsariana. Apesar da falta de experiência local no empreendimento, destas organizações, no diálogo acerca de políticas públicas, os grupos da Sociedade Civil guineense têm um profundo conhecimento e entendimento das causas e efeitos de situações de crise no País”.

No entanto, não é sobre a generalidade da Sociedade Civil que se centra o nosso trabalho. Concentramo-nos nas Associações de Base, nos grupos comunitários que fazem a ligação entre a população e as ONG (a figura 1 no anexo XI situa as Associações de Base no universo da Sociedade Civil).

É sobre estas organizações comunitárias, ou Associações de Base (terminologia que adotaremos neste trabalho), e mais especificamente sobre o seu papel no pós-conflito guineense, que seguidamente nos debruçamos.

Estrutura organizativa no Quelele

No anexo XI.2 apresentamos a estrutura organizativa da Sociedade Civil no Quelele. No topo estão representados os Financiadores. Segue-se a ONG local – AD, responsável por fazer a ligação entre os financiadores e a população, assumindo esta um importante papel de coordenação, com capacidade para pedir financiamentos e definir a estratégia de intervenção no bairro, funcionando como uma macroestrutura.

Depois temos Associação de Moradores do Quelele, que é a principal Associação de Base no bairro. Apoia a AD nas tomadas de decisão, transmitindo as vontades/necessidades da

população, assumindo também uma função mais executiva na distribuição dos fundos (normalmente em termos materiais). Para melhor assistir e compreender os diferentes problemas do bairro, aquando da sua fundação, a AMQ dividiu o bairro em 11 zonas geográficas³², tendo elegido para cada uma delas um coordenador(a) e um(a) adjunto(a) (pessoas residentes nessa área geográfica, respeitadas pela sua dedicação à comunidade, e portanto conhecedoras da realidade, dos problemas comunitários e das necessidades da população). Desta forma, os coordenadores de zona, como braços da AMQ, têm por competência reunir toda a informação de base e incentivar/apoiar/organizar todas as atividades comunitárias. Atividades estas, propiciadas pelas Associações de Base representadas no último estágio do esquema: “grupos de jovens” e “grupos de mulheres”.

Associações de Base

As Associações de Base são geralmente os parceiros desenvolvimentistas mais acarinhados pelas comunidades mais pobres, constituindo a principal estratégia de “sobrevivência” das comunidades privadas de ajuda estatal. Desempenham funções em variadas áreas, como educação, saúde, poupança, etc. São, no entanto, associações com muito poucos meios financeiros e materiais.

Não obstante as muitas qualidades das Associações de Base, um dos seus principais problemas é a falta de registos. Não há registo externo do número de associações, como não há registo interno das suas atividades, o que dificulta em muito a obtenção de fundos. Efetivamente, como adverte Braima Dabo³³, existe uma “cultura de oralidade muito enraizada”. Ao abordarmos a questão da necessidade de fazer um registo, fomos alertados³⁴ para o carácter efémero deste tipo de associações. Com frequência nascem e perecem grupos organizados de jovens, muitas vezes não passam de uma boa ideia, outras são associações sem poder de renovação de associados, cujos mentores por alguma razão tiveram de abandonar, ou projetos ambiciosos mas sem

³² Mapa para análise no anexo X

³³ Entrevista com Braima Dabo (E20)

³⁴ Entrevista com Carlos Schwartz (E34)

capacidade de angariação de fundos (materiais ou financeiros) para sustentarem as suas atividades.

AMQ

A AMQ funciona como uma estrutura local que acima de tudo promove o envolvimento da população nas questões comunitárias. Funciona como instituição representativa dos moradores, dando-lhes voz e apoiando-os na satisfação das suas necessidades. Tem sido desde a sua fundação uma associação estável que, devido ao seu trabalho próximo da AD, tem cumprido a sua função, de grupo comunitário, enquanto “elo de comunicação entre as comunidades e os doadores, e também na capacidade de angariar fundos” (Banco Mundial, 2005: 8). A AMQ atua particularmente sobre 4 eixos: mulheres, jovens, saúde e aspectos financeiros.

A mulher tem um papel fundamental no desenvolvimento da comunidade e no sustento da família, mas nem sempre vê esse papel reconhecido. A cultura de “machundade” e o machismo presente na sociedade bissau-guineense assim não o permite. Neste ponto a AMQ revela-se fulcral em duas questões, no apoio aos grupos/associações de mulheres, ajudando-as nas atividades que pretendem realizar, e também no potenciamento da mudança de mentalidades.

Os jovens veem na AMQ a possibilidade de, por um lado, contribuírem para a sua comunidade e, por outro, melhorarem as suas próprias condições de inserção social através do desenvolvimento de ações culturais, recreativas e desportivas.

No que se refere à saúde, foi dada à população a possibilidade de se envolver diretamente no melhoramento das suas casas, do saneamento e do abastecimento de água. Em termos de ensino, têm-se notado grandes progressos derivados do apoio às escolas populares (privadas)³⁵.

Relativamente aos aspectos financeiros a AMQ, com o apoio do governo português, tem desenvolvido com sucesso um mecanismo de microcrédito.

³⁵ Relatório AD 2003, consultada a 6 de Agosto, acedida em http://www.adbissau.org/informacoesinstitucionais/AD_RelatorioActividades2003.pdf

Para além da AMQ como Associação de Base “mãe”, as associações que encontramos no Quelele são, na generalidade, Grupos de Jovens e de Mulheres. São associações multiétnicas, e as de Jovens reúnem ambos os sexos. O principal objectivo é comum a todas: a autossuficiência. Usamos o termo autossuficiência não no sentido pejorativo ou individualista, mas sim comunitário. Na ausência de um Estado forte, a comunidade do Quelele sentiu necessidade de se auto-organizar e trabalhar na satisfação das suas necessidades mais básicas.

É interessante, neste ponto, fazer uma análise das diferentes estruturas associativas, apresentando os seus órgãos, atividades principais, objetivos e associados.

Associações de Jovens

Durante a nossa investigação, e como veremos mais à frente, por todo o bairro se podem observar diversos tipos de associações. Na maioria dos casos, com origem em interesses e necessidades individuais de jovens que se juntam e organizam em torno de objectivos comuns, expressando e articulando necessidades e interesses sociais, constituindo espaços que favorecem a coesão social, a comunicação e as relações interpessoais (Barros, 2010).

Para melhor percepção da diversidade associativa do bairro, e de acordo com o observado, fazemos uma subdivisão tipológica dos diferentes tipos de associação.

Formalizadas

Este é o tipo de associação mais completo. Não a apelidamos de formalizada devido a ter qualquer registo legal, mas sim ao facto de, para além de ter órgãos eleitos, ter também toda uma estrutura de delegação de responsabilidades por diferentes coordenadores permitindo-nos afirmar que a associação trabalha em mais do que um ponto de ação, tendo assim uma abordagem mais ampla à sua comunidade.

Normalmente estas associações são constituídas pela Assembleia Geral, Direção e Conselho Fiscal, integrando a Direção, um Presidente, um Vice-presidente, um Secretário, um Tesoureiro e um Vogal (possível). Sob a alçada da Direção está uma equipa de coordenadores distribuídos

por pelouros: cultura, desporto, assuntos/promoção feminina, administração, saneamento, etc. Cada um dos coordenadores tem consigo uma equipa de 2/3 pessoas. Os outros dois órgãos, são normalmente constituídos por Presidente, Vice-presidente, Vogal(ais).

A Associação BlackStar, com a qual tivemos um contacto mais próximo, é um exemplo deste tipo de associação. No anexo VII podemos observar melhor as suas atividades e objectivos

Sazonais

Este tipo de associação é comum em algumas zonas, nomeadamente 1 e 11. Podem ser associações com uma estrutura do estilo formal (com órgãos eleitos) ou apenas grupos que se juntam para realizar atividades específicas em prol da comunidade. São ativas apenas em períodos de férias escolares, não mantendo uma atividade contínua, nem ações duradouras. Têm como atividades mais expressivas a organização de torneios desportivos e limpezas do bairro, especialmente antes da época das chuvas.

Ação Pontual

Aqui encontramos grupos, na maioria não formalizados em termos de estrutura, que por tradição (ou rotina) se costumam reunir com objetivos muito específicos, nomeadamente as limpezas e o patrulhamento. Estas duas atividades são talvez aquelas a que a comunidade dá mais valor, tais são os benefícios coletivos daí provenientes. No caso do patrulhamento, em particular, assistimos a um fenómeno de organização colectiva subsequente, o aparecimento de subgrupos que organizam coletas de dinheiro para poderem comprar mantimentos (ex. café) para os grupos de patrulha.

Bancadas

As bancadas constituem uma tipologia bastante particular. Na sua base está um grupo de amigos, familiares ou apenas jovens que habitam locais próximos e que se reúnem para debater os mais diversos assuntos. Em Portugal chamar-lhe-íamos Tertúlias.

Apesar deste espírito bastante informal, cada bancada tem o seu nome e uma estrutura eleita. É um ambiente multiétnico onde têm lugar jovens de ambos os sexos. Normalmente organizam-se com uma única Direção constituída por Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro e Vogais.

Para uma melhor percepção deste tipo de grupos, podemos observar no anexo VII, a descrição da bancada “Lanzarote em Fogo”.

Associações de Mulheres

Estas associações têm especial importância na Guiné-Bissau. Mussa³⁶ relata-nos que “os grupos de mulheres são aqueles que mais duram, e que são mais fiáveis”.

Todos os grupos de mulheres que observámos, embora com meios e fins diferentes, assentam na base da cooperação, tendo por objetivo último a melhoria da qualidade de vida das suas famílias. Como refere Maxine Molyneux (2005), também aqui, as mulheres estabelecem habitualmente redes de cooperação e apoio, e são as mais ativas apoiantes da vida associativa no bairro. Torna-se assim interessante, fazermos uma breve descrição das diferentes associações de mulheres.

Formalizadas

Como nos grupos de jovens, apelidamos de formalizadas as associações com órgãos eleitos, com uma estratégia de ação bem definida, e que atuam em mais do que um campo de intervenção. Sendo constituídas por: Presidente; Vice-Presidente; Secretário/propaganda; Tesoureiro; Presidente do Conselho Fiscal; Presidente da Assembleia, e respetivos coordenadores de pelouro. O Fórum Mulher que apresenta este tipo de estrutura é um bom exemplo das dificuldades encontradas por estas associações, podemos no anexo VI encontrar os seus detalhes.

³⁶ Mussa Candé, Presidente da AMQ acompanhou-nos durante todo o trabalho de campo

É também importante destacar a hibridez que, em alguns casos, se pode observar nas ditas organizações formalizadas. Algumas incorporam em si, para além de todos os pelouros, os *grupos de abota*, e quando isso acontece o modelo de Direção assume a estrutura habitual desses mesmos grupos.

Grupos de Abota

Este tipo de associação de mulheres está perfeitamente interiorizado pela cultura bissau-guineense. Como outros, que veremos a seguir, este tipo de grupo tem por objetivo juntar dinheiro e promover as atividades comerciais dos seus membros.

Para uma explicação mais consistente falámos com Mussela Embaló³⁷, presidente da Associação de Mulheres “Super Ganila”, que inclui um grupo de abota, e está organizada como tal. Os grupos de abota, divergem em relação à estrutura, ao contrário da formalizada, estes estão organizados por: Presidente; Pai; Mãe; Conselheira; Responsável de Propaganda; e Presidente do Conselho Fiscal. A Presidente tem as responsabilidades habitualmente inerentes ao cargo, sobretudo de direção e coordenação, o Pai/Mãe são homens/mulheres “grandes”, normalmente pessoas muito respeitadas na comunidade que são convidadas para “apadrinhar” o grupo. Este apadrinhamento significa doação de fundos ou, através da sua influência, procura de fundos para o grupo. A Conselheira tem por função apoiar a Presidente na definição da estratégia do grupo e o responsável de propaganda está incumbido de todas as tarefas de divulgação de reuniões/atividades do grupo. Já o Presidente do Conselho Fiscal tem como tarefa dirimir conflitos internos.

Para angariar fundos, além de contarem com a ajuda do Pai e/ou Mãe, as associadas pagam quotas. Neste caso específico, de 10 em 10 dias cada uma contribui com uma quantia de dois a dez mil FCFA. Ao final de cada mês, é sorteado o nome de uma a cinco associadas (dependendo da quantia que foi angariada) e é distribuída a totalidade dos fundos conseguidos por essa(s) mulher(es) para investir(em) num negócio, normalmente no pequeno comércio.

³⁷ Entrevista com Mussela Embaló (E26)

Cooperação pontual para redistribuição

Este tipo de grupos, são geralmente estruturas informais de mulheres que se juntam com o objetivo de aumentar os seus rendimentos pessoais. Encontrámos um grupo deste tipo na Zona 6. Braima Sila³⁸ explica-nos que “elas fazem bolos e produzem carvão para posterior venda”. Os lucros daí originários são distribuídos por cada uma delas, ação que é repetida conforme a conveniência do grupo.

Cooperação para investimento particular

Outro tipo de cooperação entre mulheres, assenta no trabalho conjunto e na utilização do lucro daí proveniente para redistribuição pelas “associadas”, como forma de apoio ao sustento das suas famílias. Um dos exemplos deste tipo de associação é-nos relatado por Fanta Damaba³⁹ na zona 4. Aqui, as mulheres juntam-se para trabalhar as hortas no interior, cultivando maioritariamente tomate, mancarra (amendoim) e arroz. Fazem-no com base num fundo por elas gerido começando por juntar dinheiro para comprar máquinas que facilitam e aumentam a produção, que por sua vez traz agregado um aumento do lucro. No ano seguinte dividem o lucro em duas partes, uma para cobrir os gastos com a produção desse ano e o remanescente para dividirem entre elas, e assim consecutivamente.

Cooperação para investimento coletivo

Por último, o tipo de associação que se revela como o mais altruísta. Numa primeira fase o grupo começa por angariar fundos, seja através de trabalho conjunto, de um sistema de quotização ou de outros apoios. Depois, os lucros, daí provenientes, são utilizados na realização de atividades comuns, nomeadamente casamentos e batizados. Assim, estas atividades, cujos custos seriam normalmente suportados pelas famílias anfitriãs, são sustentadas por toda a comunidade.

³⁸ Entrevista com Braima Sila (E10)

³⁹ Entrevista com Fanta Damaba (E17)

Em termos de organização, são estruturas informais que não detêm órgãos eleitos, mas acabam por ser exemplo de um “grande capital social e de uma comunidade empenhada mas com carência de estratégias de longo prazo” (Banco Mundial, 2005: 10).

Principais atividades

Para melhor compreendermos os produtos do associativismo no Quelele, é pertinente analisarmos as suas tarefas/atividades mais representativas. Descrevemos aquelas que, no nosso entender, mais importância têm para as associações do bairro e para a comunidade.

Fundo Rotativo

O fundo rotativo é uma atividade sobejamente conhecida na Guiné-Bissau. De facto, esta forma de cooperação financeira é utilizada tanto por ONG no apoio às comunidades, como dentro das próprias comunidades por grupos informais. Utilizamos o exemplo do fundo rotativo desenvolvido pela AD e pela AMQ para demonstrarmos como funciona este instrumento de microcrédito. Inicialmente foi constituído um fundo de maneio com financiamento externos, que posteriormente, e até à data, é utilizado na forma de empréstimo para apoiar investimentos particulares. Neste caso específico é cedido, a um indivíduo, um montante de 200.000 FCFA, com um período de carência de um mês, estando o devedor comprometido a pagar a primeira prestação de 35.000 FCFA no 2º mês, e assim sucessivamente todos os meses, até completar os 200.000 FCA. Quando estiver a dívida saldada, os 200.000 FCFA são transferidos para outra pessoa.

Limpeza

A Limpeza é uma das atividades mais importantes no Quelele⁴⁰. O meio tradicional para combater o lixo é a incineração, sendo habitual ver pequenas fogueiras na rua onde as pessoas queimam algum do lixo que produzem. No entanto, esta atividade está longe de ser eficaz para um problema que é crescente.

⁴⁰ Admitimos que aquando da nossa investigação este era um problema mais evidente, tal era a proximidade temporal da época das chuvas.

A AMQ tem, neste sentido, encetado esforços para minimizar esta problemática. Por um lado sensibilizando a população para ações de limpeza de lixo e, por outro, pressionando a Câmara Municipal para fazer a sua recolha.

Neste momento, o principal instrumento de combate ao lixo, é a organização de limpezas do bairro pelos grupos de jovens, com apoio da AMQ.

Patrulha

A presença da polícia não é visível no Quelele. De facto “podem passar dias sem que a polícia apareça no bairro”⁴¹ e, embora o bairro seja relativamente calmo, por vezes registam-se problemas (e.g. furtos). Para dar segurança ao bairro, alguns grupos de jovens juntam-se para fazer patrulhas noturnas.

Os “criminosos” capturados são sujeitos a castigo popular (que normalmente passa por algum tipo de espancamento) e posteriormente entregues à Polícia.

Campanhas de sensibilização (violência doméstica, SIDA, ..)

Das pessoas e associações entrevistadas, bastantes destacaram a importância que as associações de jovens e mulheres têm na divulgação e sensibilização para temas fraturantes. Com efeito, é entre os membros da comunidade que a informação passa com mais força. E questões como a violência doméstica, a prevenção do VIH/SIDA, a igualdade de género, entre outras, estão na ordem do dia no Quelele. Muitas associações organizam palestras e debates sobre estas temáticas, muitas vezes convidando homens/mulheres “grandes” para falarem à comunidade.

Atividades lúdicas

As atividades lúdicas resumem-se quase na totalidade ao futebol. Organizar torneios de futebol, ou assistir a jogos internacionais na televisão são dos principais divertimentos dos jovens guineenses. As associações de jovens têm muita força na organização destas atividades. Para

⁴¹ Entrevista com Maira Ncanha (E16)

além disto, existe a organização do carnaval, onde as bancadas desempenham um papel fundamental.

Zonas

Para finalizar, e depois de examinarmos o comportamento e a estrutura do movimento associativo do Quelele, é imperativo fazer uma análise transversal às principais atividades de cada uma das suas zonas. Apresentamos no anexo IX, numa breve resenha, a atividade associativa de cada zona, referindo os grupos e as atividades predominantes em cada uma.

Em quase todas as zonas encontramos os dois tipos de grupos (mulheres e jovens). Se no caso dos jovens, a tipologia mais predominante são os grupos de “ação pontual”, que traduzem um esforço coletivo na melhoria das condições comunitárias, já nas mulheres a “cooperação pontual para a redistribuição” é a estrutura organizativa mais usual, aquela que através do esforço coletivo visa melhorar o rendimento de cada família. Registamos como ponto comum entre estes dois grupos a ausência de estratégias de longo prazo. Funcionam e atuam conforme as necessidades momentâneas/pontuais.

Assinalamos que as atividades juvenis, de cariz comunitário, são aquelas que mais necessitam de fundos (financeiros/materiais) para serem realizadas. Pelo contrário, as protagonizadas por mulheres são atividades geradoras de rendimentos. Por outro lado, concluímos que os grupos de jovens têm uma ação mais centrada na comunidade e na satisfação das necessidades colectivas, enquanto as mulheres centram os seus objectivos na satisfação das necessidades das suas famílias.

III. NOTAS GERAIS E HIPÓTESES DE PESQUISA

Sem apresentar conclusões finais sobre um tema que carece de uma investigação mais profunda e, sobretudo, da análise de outras realidades, apresentamos de seguida algumas notas que expõem a nossa perspetiva sobre a temática.

A Guiné-Bissau encontra-se num momento chave do seu desenvolvimento. Após o conflito de 1998/1999, aquele que já era um Estado Frágil sofreu um duro golpe nas suas perspectivas de crescimento. Só 10 anos depois, em 2008/2009, se começaram a registar os primeiros sinais de estabilidade, embora interrompidos em 2010 com o assassinio de “Nino” Vieira, ainda se mantêm⁴² e nos permitem concluir que a Guiné-Bissau já está na terceira fase do pós-conflito “Desenvolvimento e Promoção da Sustentabilidade”. O perdurar desta estabilidade e do desenvolvimento a ela inerente, possibilitará, a médio prazo, significar o superar da condição de Estado Frágil.

O desenvolvimento da Guiné-Bissau, para além da estabilidade política, depende de outros factores, sendo o mais importante, no nosso entendimento, o envolvimento do povo guineense no processo de tomada de decisão. Urge ter uma Sociedade Civil forte e coesa que trabalhe em cooperação com as instituições políticas. Para responder a esta necessidade foram criados alguns programas, como é o caso do Programa de Apoio aos Actores Não Estatais (PAANE), financiado pela União Europeia, que apesar dos reconhecidos resultados positivos tem encontrado alguns obstáculos à sua implementação, sejam eles derivados de problemas internos do governo bissau-guineense ou de problemas de financiamento por parte da União Europeia.

Por outro lado, com este trabalho, mais do que chamar a atenção para a necessidade de apoio às ONG locais, focámos a nossa atenção nas Associações de Base, apresentando a sua forma de organização e as suas principais funções, contextualizadas com os problemas do bairro em que se integram, o Quelele. Foi essa análise que nos permitiu retirar algumas “lições” que passamos a apresentar.

Lições aprendidas

A Sociedade Civil e nomeadamente as Associações de Base, enquanto componentes vitais do desenvolvimento comunitário e conseqüente desenvolvimento do país. É comum aceitar a Sociedade Civil como um importante pilar do desenvolvimento de um país. No entanto, a

⁴² À data do nosso trabalho (Setembro 2011)

ênfase encontra-se em demasia sobre as ONG. O reconhecimento das Associações de Base como parte integrante da Sociedade Civil, é fundamental para o desenvolvimento comunitário e consequente desenvolvimento do país. As ONG e as Associações de Base desempenham papéis diferentes mas ambos fundamentais neste desenvolvimento. Compreender estas diferenças é essencial para se poder definir o apoio dos doadores internacionais às atividades destas organizações.

No Quelele, a AD, enquanto ONG local, é a única organização com capacidade técnica para se candidatar a projetos e obter fundos para as suas atividades, mas segundo Carlos Schwartz “apenas uma parte marginal desse financiamento é utilizado no bairro”. Isto acontece porque, embora esta ONG tenha sede no bairro, o seu campo de ação é nacional (à semelhança de outras, como a Tiniguena⁴³). Para combater a utilização marginal de financiamentos nestas comunidades, é necessário direcionar os apoios financeiros às Associações de Base que as servem.

A utilização do associativismo como forma de autossustentabilidade, num bairro que em termos de infraestruturas pouco evoluiu desde o conflito. Confrontada com problemas de difícil resolução individual, que afetam o seu dia a dia, a comunidade sente a necessidade de atuar. As Associações de Base aparecem como resposta comunitária a essas dificuldades, que permitem transformar um esforço conjunto numa solução. Aqui, embora as comunidades “não consigam curar a doença, vão conseguindo curar os sintomas”. Um exemplo disto é a iluminação pública, praticamente inexistente no Quelele, problema estrutural que quando cruzado com outro, a ausência de policiamento, se transforma numa situação de insegurança para a população. Para fazer face a este problema, os Grupos de Jovens formam equipas de patrulha que fazem segurança ao bairro durante a noite. Embora neste caso, o associativismo comunitário não consiga resolver o problema da iluminação pública ou da falta de policiamento, consegue reduzir o problema da insegurança no bairro.

⁴³ ONG sediada no Bairro de Belém (<http://www.tiniguena.org/>)

Importância da existência de uma Associação de Base “Mãe”. A existência de uma Associação de Base que atue como uma supra entidade é crucial. A existência da AMQ, no Quelele, enquanto organização que centraliza e coordena os esforços das variadas Associações de Base (grupos de jovens ou grupos de mulheres) permite que todos os atores comunitários se concentrem naquelas que são as atividades mais importantes, sem que se desperdicem recursos, como já acontece no Quelele com as “limpezas” e com o “patrulhamento”.

“Preferência” pelas atividades pontuais e inexistência de estratégias de longo prazo. A maioria dos Grupos de Jovens e dos Grupos de Mulheres trabalham tendo por base a resolução de problemas específicos e pontuais, ignorando a necessidade de implementação de estratégias de longo prazo que poderiam fazer parte de uma solução mais consistente para esses mesmos problemas. Como exemplo temos a prevenção de doenças transmitidas na época das chuvas, como a cólera. Todos os anos, a AMQ em conjunto com outras Associações, nomeadamente os grupos de jovens, trabalham na remoção do lixo urbano antes da época das chuvas. No entanto, não se registam soluções mais duradouras para este problema.

Grupos de Mulheres exercem atividades geradoras de rendimentos. Os diferentes Grupos de Mulheres que encontramos, independentemente da sua estrutura ou estratégia, têm um objetivo comum: gerar rendimentos. Com efeito, as preocupações das mulheres estavam mais centradas nas suas famílias. Desta forma todas as atividades executadas tinham por finalidade melhorar as condições de vida das suas próprias famílias, ou ajudar a que outras mulheres o fizessem.

Grupos de Jovens exercem atividades que necessitam de financiamento. Ao contrário das mulheres, que através de atividades coletivas geram rendimento para as suas famílias, os jovens promovem atividades de índole não-produtiva, para a comunidade em geral. Destas destacamos as atividades culturais e desportivas, ou os patrulhamentos e as limpezas. Estas atividades que beneficiam toda a comunidade, implicam custos para os quais o financiamento é escasso.

Falta de quadros técnicos e necessidade de *empoderamento* das Associações de Base. As associações com que tomámos contacto no Quelele, em especial a AMQ como principal Associação de Base, carecem de ferramentas, conhecimentos e quadros técnicos que lhes permitam exercer um trabalho consistente e de longo prazo. A “preferência” de estratégias de curto prazo, que referimos acima, espelha, por um lado, a incapacidade de execução de estratégias mais duradouras, e por outro, a incapacidade de aceder a financiamentos externos que possibilitem a execução dessas mesmas estratégias.

“Fundo Rotativo” como importante instrumento de microcrédito. A forma de cooperação financeira fomentada pela AMQ/AD ainda antes do conflito registou um enorme sucesso. Esta é a única forma de empréstimo que a população do Quelele tem ao seu alcance, quer sejam pequenos comerciantes e produtores que queiram aumentar os seus negócios, quer sejam jovens em início de atividade. Este instrumento financeiro foi posteriormente adotado por diversos Grupos de Mulheres, que têm os seus próprios fundos rotativos para as suas associadas, como é o caso da *abota*.

Hipóteses de pesquisa futura

A análise que fazemos neste trabalho, pretende constituir um bom ponto de partida para futuras pesquisas. Apresentamos, brevemente, algumas questões que ainda carecem de investigação, e que podem ser relevantes para a interpretação das Associações de Base por parte da comunidade internacional.

Estender a base da investigação a outras comunidades na Guiné-Bissau, quer através da análise do impacto das Associações de Base noutros contextos, quer da investigação do seu impacto extracomunitário e no desenvolvimento do país.

Fazer estudo comparativo das Associações de Base bissau-guineenses com as de outros países, permitindo encontrar pontos comuns e divergentes que facultem conclusões mais concretas e ilações globais.

Estudar a relevância dada às Associações de Base pelos doadores internacionais, através da análise dos diferentes programas de apoio à Sociedade Civil e de quais os seus destinatários directos e indirectos, abrindo caminho a possíveis sugestões para uma nova abordagem dos doadores ao desenvolvimento dos Estados Frágeis e em países de pós-conflito.

ANEXOS

Anexo I – Glossário

Anexo II – Quadro cronológico

Anexo III – Descrição das Etnias

Anexo IV – Análise transversal das diferentes zonas

Anexo V – Quadro de entrevistas realizadas

Anexo VI – Forum Mulher

Anexo VII – Associação Blackstar e Bancada “Lanzarote em Fogo”

Anexo VIII – Fotografias Quelele

Anexo IX – Atividades registadas por zona

Anexo X – Mapa do Quelele

Anexo XI – Esquema Associativo: ONG e Quelele

Anexo XII – Linha cronológica da Guiné-Bissau

Glossário

7 de Junho	A grande maioria das pessoas que entrevistamos referia-se ao conflito como o “7 de Junho”. 7 de Junho de 1998 foi a data em que estalou o conflito civil;
Cerco	Meio rudimentar e pouco higiénico de esgotos. Semelhante a latrina artesanal;
Chão	Área geográfica ocupada por determinada etnia
Colinas do Boé	Local onde em 1973 foi autoproclamada a independência da Guiné-Bissau;
Descolagem Rostowiana	Representa o momento em que as obstruções ao desenvolvimento são superadas. Foi um conceito introduzido por W.W. Rostow;
Djambacós	Feiticeiros, Curandeiros, etc.
Docas do Pidjiguiti	Onde em 1956 se deu a greve dos marinheiros (por melhores salários), que foi interrompida quando a PIDE abriu fogo sobre os grevistas fazendo cerca de 50 mortos. Este acontecimento levou à transformação da luta política do PAIGC na luta armada;
FCFA	<i>Franc Communauté financière d'Afrique</i> - É o nome de duas moedas, o Franco da África Ocidental e o Franco da África Central, ambas com o mesmo valor anteriormente indexado ao franco (francês). Actualmente, o seu valor é pouco variável, sendo 1 (um) Euro corresponde a cerca de 655 FCFA;
Homens/Mulheres Grandes	O termo remete-nos para a organização social tribal, refere-se a um homem/mulher com grande poder de influência sobre os outros. É uma pessoa muito respeitada, habitualmente, pelo seu percurso de vida e/ou feitos que alcançou;
Manchundade	Do crioulo guineense <i>matchundadi</i> , é o termo relacionado com machismo mas que designa especialmente a qualidade própria dos homens no sentido de másculo, valente, viril, robusto.
Metrópole	Conceito utilizado pela nação, relativamente às suas colónias ou territórios ultramarinos;
Morança	Conjunto de casas em que numa aldeia habita uma só família
ONG	Organização não governamental foi um termo introduzido pela ONU em 1945, quando no texto da Carta das Nações Unidas se quis distinguir entre agências intergovernamentais e agências internacionais privadas. O conceito acabou por se trabalhar e definido pelo Banco Mundial como “ organizações privadas que desenvolvem actividades para aliviar o sofrimento, promover os interesses dos pobres, proteger o ambiente, fornecer serviços sociais básicos, e promover o desenvolvimento comunitário”. A partir deste conceito global de ONG, o Banco Mundial introduziu uma subdivisão funcional em <i>organizações operacionais</i> e <i>organizações de “defesa de direitos”</i> , sendo que classificou as organizações operacionais em nacionais, internacionais e comunitárias;
Palhotas	Casas de habitação caracterizadas pelo telhado construído com palha;
Provincias	Nome utilizado pelo Estado Novo para designar as colónias;
Régulo	Do latim <i>pequeno rei</i> , o Régulo é o chefe tribal de determinada região (o Regulado);
Tabanca	Termo utilizado para designar as aldeias guineenses;
Toca-Choro	Cerimónia fúnebre praticada pela população animista;

Balantas	Uma das mais populosas etnias da Guiné-Bissau, os balantas, principalmente agricultores e criadores de gado, são tidos por expansionistas e dados como um povo algo agressivo. Portugal foi incapaz de os subjugar até 1910. Para os Balantas, “ <i>não existe diferenciação na base da propriedade, não havendo autoridade (...) sendo a família o único símbolo de unidade política e social</i> ” (Joop, 2003:3), organizam-se em “moranças” dispersas pelo “chão” (as culturas de arroz assim o exigiam).
Manjacos	Conhecidos por migrantes, são um povo de agricultores que na sua génese subsistia da agricultura do arroz, milho e feijão. A criação de gado assume-se, também, como um importante recurso económico. Em termos religiosos, como animistas, rezam aos seus irãs, sendo no entanto uma etnia bastante permeável ao cristianismo e ao islamismo.
Papeis	Originários de Bissau, a sua proximidade dos portugueses, antes da independência, conferia-lhes um maior conhecimento da sociedade ocidental, no entanto, deixava-os numa posição mais sensível às agressões portuguesas. Organizados por régulos e clãs (onde apenas um nobre pode exercer o poder regular), são defensores acérrimos do seu “chão” embora, agora, bastantes permeáveis aos migrantes que para lá se deslocam. Os Papeis dão grande importância à família.
Mancanhas	Com reputação de excelentes agricultores, embora se tenham envolvido em conflitos com os portugueses, são conhecidos por serem um povo pacífico e com uma grande vontade de se adaptarem à sociedade moderna. São também conhecidos como os grandes Djambacós.
Bijagós	Uma etnia de marinheiros e agricultores, agora presentes num arquipélago com dezenas de ilhas, foram os últimos resistentes à vaga colonizadora. Apesar da escassez de meios, são excelentes navegadores ganhando prestígio como provocadores de pirataria e naufrágios. Este é um povo ainda pouco influenciado pelas estruturas externas, tal é o seu isolamento, e, embora não se organizem em forma de Estado, usufruem de um sistema social de classes
Fulas	Segundo Amílcar Cabral (1974), os fulas estão organizados numa “estrutura semifeudalista”. À semelhança de outras etnias, esta é divisível em algumas sub-etnias, os Futa-Fulas , os Fula Forros e os Fula Pretos . Originários do Futa Djalón, os conhecidos Futa-Fulas , expandem-se para a Guiné-Bissau após o estabelecimento franco na Guiné (Conacri), submetendo Beafadas e Mandingas. Os Fulas Forros entraram pacificamente no território misturando-se com as populações rurais, tendo, em alguns casos, estado sob o poder Mandinga e Beafada. Por último, os Fula Pretos , hierarquicamente inferiores, utilizados como escravos, são na sua maioria Mandingas e Beafadas que foram fulanizados/islamizados.
Mandingas	Provenientes do império do Mali, estabeleceram-se naquele que se tornou num dos seus mais importantes reinos, o Kaabu, e de onde outrora dominaram o território guineense. São agricultores, criadores de gado e comerciantes. Originalmente animistas, foram islamizados pelos Fulas, desempenhando mais tarde um papel importante na tentativa de islamização da Guiné-Bissau.
Beafadas	Animistas convertidos pelos Islamizados, são na sua maioria agricultores. A constante pressão demográfica dos Balantas, a penetração fula e as conseqüentes derrotas belicosas que lhes foram por estes impostas, reduziram em muito o seu número. Os Beafadas eram essencialmente um povo de tradições animistas, com uma organização política baseada em régulos e com um sistema agrícola semelhante ao dos Balantas.

	Pontos Fortes	Pontos Fracos	a melhorar	
			opinião coordenador	opinião população
Zona 1	cultura de associativismo	latrinas; falta de eletricidade; água canalizada insuficiente;	abastecimento de água	saneamento; locais para as crianças brincarem;
Zona 2	recursos hídricos	abastecimento energético	situação geral	Abastecimento de energia e de água
Zona 3	cobertura de energia elétrica, e centro de saúde	ruas/ acessos; poços não estão bem construídos; latrinas artesanais	dar acesso às estradas/arruamentos, campo de futebol, mercado, saúde	água canalizada potável; abastecimento de energia elétrica;
Zona 4		condições sanitárias	mesquita	resolução do problema da latrina, problema fundamental; alfabetização
Zona 5		condições sanitárias	limpeza	construção de bombas de água
Zona 6	habitação; cobertura de energia elétrica	cultura de associativismo	fazia escola profissional	
Zona 7	atividades de saneamento	estrada principal de Quelele	mercado; estradas	segurança no bairro; campo de futebol
Zona 8	N/A			
Zona 9	atividades de limpeza	abastecimento de água e energia; escola;	escola; centro saúde; luz; água	energia; água; campo de futebol; Outro tipo de empregos para as mulheres; escola de adultos (alfabetização)
Zona 10	abastecimento energético e de água	saúde; falta emprego;	abastecimento energético e de água	abastecimento de água; limpeza
Zona 11	abastecimento energético e de água	habitação	abastecimento energético e de água; habitação	

Data	Nome	Local	Organização	Função	
25/4 - 6/5 **	E1	Mussa Candé	Quelele	AMQ	Presidente AMQ
25/Abr	E2	Tomane Camara	Sede - Quelele	AD	
26/Abr	E3	Jorge Handem	EAO - Quelele	EAO	Diretor EAO
	E4	Miguel Lima	Sede - Quelele	RVQ	Chefe Redação RVQ
	E5	Emiliana	Zona 1 - Quelele	AMQ	Coordenadora
	E6	Cadri Baldé	Zona 10 - Quelele	AMQ	Presidente
	E7	Isabel Bangura	Zona 8 - Quelele	AMQ	Coordenadora
27/Abr	E8	Mamodo Djaló	Zona 11 - Quelele	AMQ	Coordenador
	E9	Baio Incasu	Zona 7 - Quelele	AMQ	Coordenador
	E10	Braima Sila	Zona 6 - Quelele	AMQ	Coordenador
	E11	Batista Sanca	Sede ONU - Bissau	PNUD	PNUD
28/Abr	E12	Ana Teresa Forjaz	Sede IMVF	IMVF	Coordenadora Projecto "No na tisi no futuro"
	E13	Forum Mulher	Sede	Associação Mulheres	Coordenador/Vice-Presidente
	E14	Satu Djassi	Zona 2 - Quelele	AMQ	Coordenadora
	E15	Mamadu Djaló	Zona 3 - Quelele	AMQ	Coordenador
	E16	Maira Ncanha	Zona 5 - Quelele	AMQ	Coordenadora
29/Abr	E17	Fanta Damaba	Zona 4 - Quelele	AMQ	Coordenadora
	E18	Maria Quinta L. Moreira	Zona 9 - Quelele	AMQ	Coordenadora
	E19	Moisés ??	Quelele	Cruz Vermelha	Voluntário
2/Mai	E20	Braima Dabo	Sede	PROCIVICUS	Coordenador PROCIVICOS
	E21	Bemba Saidi	Zona 10 - Quelele	AMQ	Coordenador
3/Mai	E22	Domingos Mancarro	Escola Pública	Estado	Diretor
	E23	Constantina Umpeça	Centro de Saúde	Estado	Enfermeira Geral
4/Mai	E22	Maria S. Conceição Saidi	Escola	Escola Católica St Egídio	Secretária
	E25	Bancada "Lanzarote em Fogo"	Quelele	Bancada	Direção
	E26	Mussela Embaló	Quelele	Assoc Super Ganila	Presidente - Assoc. "Super Ganila"
	E27	Amadu Camara	Sede ONU - Bissau	PNUD	PNUD - Responsável SC
5/Mai	E28	AVACOP	Quelele	Associação Mulheres	Direção
	E29	Miguel Barros	Hotel Malakai	Tiniguena	
6/Mai	E30	Forum Mulher	Sede	Associação de Mulheres	
	E31	Irmã M. Rosa de Jesus	Quelele	Igreja Católica	Responsável
	E32	Jaime Katar	Bairro Belém	Tiniguena	Responsável pelo Bairro
	E33	Iancuba Injai	Bairro Militar	AIFA PALOP	Presidente
	E34	Carlos Schwartz	Quelele	AD	Presidente

Forum Mulher	
Direção e Estrutura	<p>Constituída por 120 membros (moradores no Quelele e em Catió, Buba e Baio); Direção conta com quatro mulheres, a Presidente, Vice-Presidente, Responsável Financeira e Secretária, e dois homens, o Coordenador de Projetos e o Responsável pela produção agrícola; Financiamento através dos financiadores e de quotas mensais de 500 FCFA As reuniões são realizadas na sede da organização no Quelele (onde também é realizado todo o trabalho administrativo), ou no interior quando as atividades lá são organizadas. A única assembleia de que há registo, foi realizada em 2004, onde foi constituída a atual direção</p>
Criação	<p>Criada em 2003, esta organização surgiu como forma de criar emprego para que as mulheres aumentassem a sua capacidade em termos de sustento da sua família, nomeadamente no que se refere à capacidade de suportarem custos em saúde e educação dos seus filhos. A atual direção, constituída pelos membros fundadores contou no início com o apoio de 3 expatriadas que através das suas organizações (internacionais a trabalhar na Guiné-Bissau) os conheceram e impulsionaram a criação do Fórum Mulher.</p>
Evolução	<p>Em 2004 (com o finalizar dos contratos de trabalho das impulsionadoras deste projeto), a associação ficou apenas ao cuidado da sua direção. Começaram aqui a ser enviados os primeiros pedidos de subsídio e financiamento, tanto ao governo como aos doadores internacionais. Foi possível estabelecer um acordo com uma instituição governamental que visava o apoio institucional/administrativo ao Fórum Mulher. Neste momento, e desde 2004, poucas foram as atividades levadas a cabo pela organização. O fulgor inicial que juntou 120 membros, é equivalente ao marasmo que agora se vive onde só 4 membros pagam a quota mensal, e onde não há nenhum projeto em ação.</p>
Projetos	<p>Desde 2004, há a destacar um projeto em Catió, onde com o apoio de uma ONG internacional construíram um centro para acolher crianças, e um projeto hortícola na região de Bafatá. Para além disto, os seus membros já beneficiaram de algumas formações, em específico na área da apicultura, mas ainda não conseguiram financiamento para iniciar projetos de produção. Desenvolveram ultimamente, no Quelele, um programa de acompanhamento de crianças onde as ensinavam a cozer, mas devido à falta de financiamento foram obrigados a cobrar pela participação.</p>
Principais Ameaças	<p>A iminência do conflito e a falta de estabilidade política são, nas palavras do Coordenador de Projetos, os principais responsáveis pela falta de financiamento. Segundo ele, estes factores afastam os doadores.</p>
Principais Oportunidades	<p>Nas palavras da vice-presidente, urge inovar para apoiar mulheres sem empregos. Embora sem ferramentas para as pôr em prática, existem diversas ideias, das quais destaco: máquinas de lavagem de roupa; transformação/conservação de frutas; produção de óleo de palma; horticultura; alfabetização.</p>

Associação de Jovens Blackstar

Direção e Estrutura	A BlackStar conta com cerca de 30 membros, divididos pela direção e diferentes áreas de atividade. Com a direção constituída por Presidente, Vice Presidente, Porta voz e Conselheiro, esta associação conta com uma estrutura de 5 pelouros: Cultura e Desporto, Fiscalização e Disciplina, Saneamento, Promoção Feminina, Administração/Financiamento. Cada Pelouro conta com um coordenador e 3 colaboradores. A Blackstart conta também com uma Assembleia. A sua estrutura conta com membros de diversas etnias (predominando a Fula) e de ambos os sexos
Criação	Criada em 2006, esta associação surgiu da vontade de um grupo de jovens da zona 10. Sem missão específica tinham por objetivo melhorar as condições de vida da sua comunidade.
Evolução	Pouco tempo depois da sua criação, as poucas atividades realizadas deram lugar à estagnação do trabalho. Em 2011, um grupo de jovens da mesma zona, com ligações à anterior direção, decidiram reavivar a associação. Estivemos presentes na primeira reunião com a AMQ onde estes jovens liderados por Cadri Baldé (novo presidente) pedir ajuda/financiamento para as suas atividades.
Projetos	Não existe financiamento nem conhecimentos técnicos para que se executem projetos. Existem sim, atividades como é a limpeza ou o patrulhamento do bairro, ou outras de âmbito cultural e desportivo.
Principais Ameaças	Como associação de jovens, todas as suas atividades dependem de fundos. Esta associação, à data da nossa investigação, tinha uma capacidade muito reduzida de autofinanciamento e nula em termos de financiamento externo, sendo isto uma forte condicionante ao desenvolvimento do seu trabalho.
Principais Oportunidades	Membros muito motivados, e com uma ideia clara do que são as necessidades do bairro.

Bancada “Lanzarote em Fogo”

Direção e Estrutura	Com 23 membros, embora informal esta associação tem uma estrutura diretiva bastante bem definida: Presidente, Vice Presidente, Secretário, Financeiro, Conselho Disciplinar (cujo responsável gere possíveis conflitos internos)
Criação	Criada em 2005 como “Bagdad” viu o seu nome alterado para o atual em 2008 (devido a conotações políticas)
Evolução	A bancada
Projetos	A bancada é principalmente um local de discussão, mas que desenvolve determinadas atividades: Animação (ex. Futebol), Culturais (ex. playback), sensibilização (ex. VIH/SIDA), e limpeza do bairro.
Principais Ameaças/Oportunidades	Estes grupos funcionam acima de tudo como um bom ponto de encontro para a discussão de ideias, e desenvolvimento de ações comunitárias. A efemeridade é a sua principal ameaça.



Foto 1 – Mercado de Quelele



Foto 2 – Sede Forum Mulher



Foto 2 – Entrevista c/ Coord.



Foto 4 – Furo de Água



Foto 5 – Poste de Iluminação



Foto 6 – “Cercos”



Foto 7 – Rua Quelele / Lixo



Foto 8 – Esgoto céu aberto



Foto 9 – Reunião Blackstar



Foto 10 - Latrina



Foto 11 – Centro Saúde



Foto 12 – “Cercos”



Foto 13 – Sala de Partos

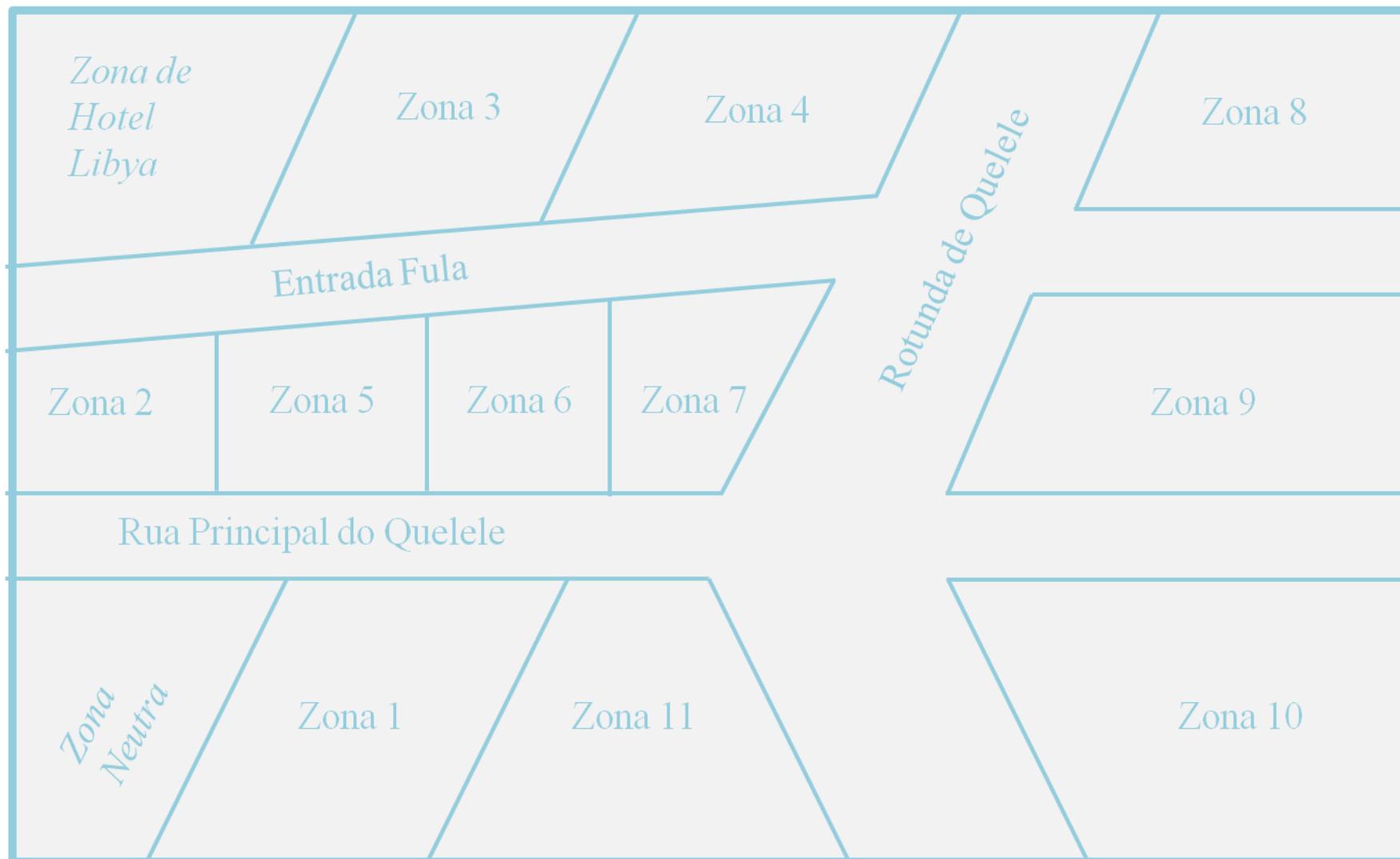


Foto 14 - Centro de Próteses



Foto 15 – Escola Privada

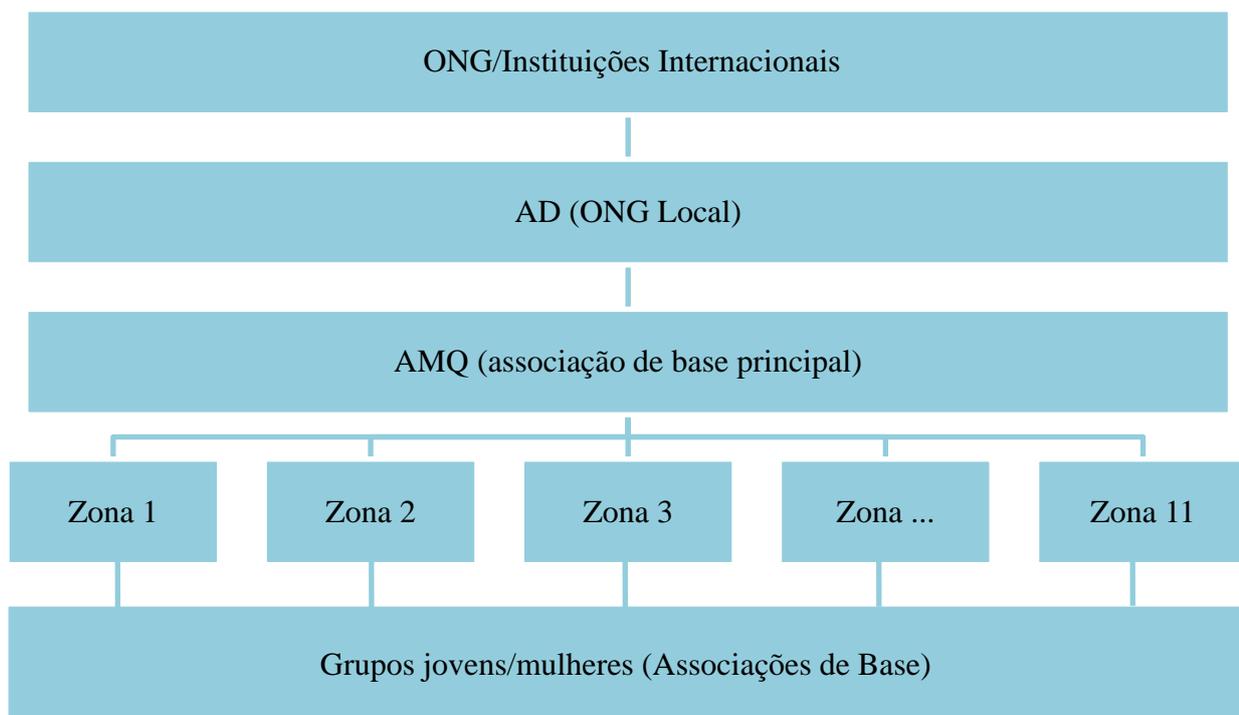
	Grupos de Jovens* (predominante)	Atividades	Grupos de Mulheres (predominantes)	Atividades
Zona 1	sazonais; ação pontual	organização de campeonatos de futebol limpeza/patrolhamento	Formalizados	Diversas;
Zona 2	limpeza	Limpezas; almoços de angariação de fundos;		
Zona 3			cooperação para redistribuição	horticultura; venda de peixe; costura
Zona 4	ação pontual	organização de campeonatos de futebol; campanhas sensibilização VIH/SIDA; limpeza/patrolhamento	Cooperação para investimento particular	horticultura
Zona 5	ação pontual	patrolhamento	Cooperação pontual para redistribuição	organização de almoços; pequeno comércio
Zona 6	ação pontual	limpezas	cooperação pontual para redistribuição	bolos; carvão
Zona 7	Ação pontual (junto da AMQ)	limpezas	cooperação pontual para redistribuição	pequeno comércio, costura, carvão
Zona 8				
Zona 9			grupos de abota	fundo rotativo
Zona 10	formalizadas	todo o tipo de actividades	grupos de abota	fundo rotativo
Zona 11	sazonais	torneios de futebol	cooperação para investimento colectivo	

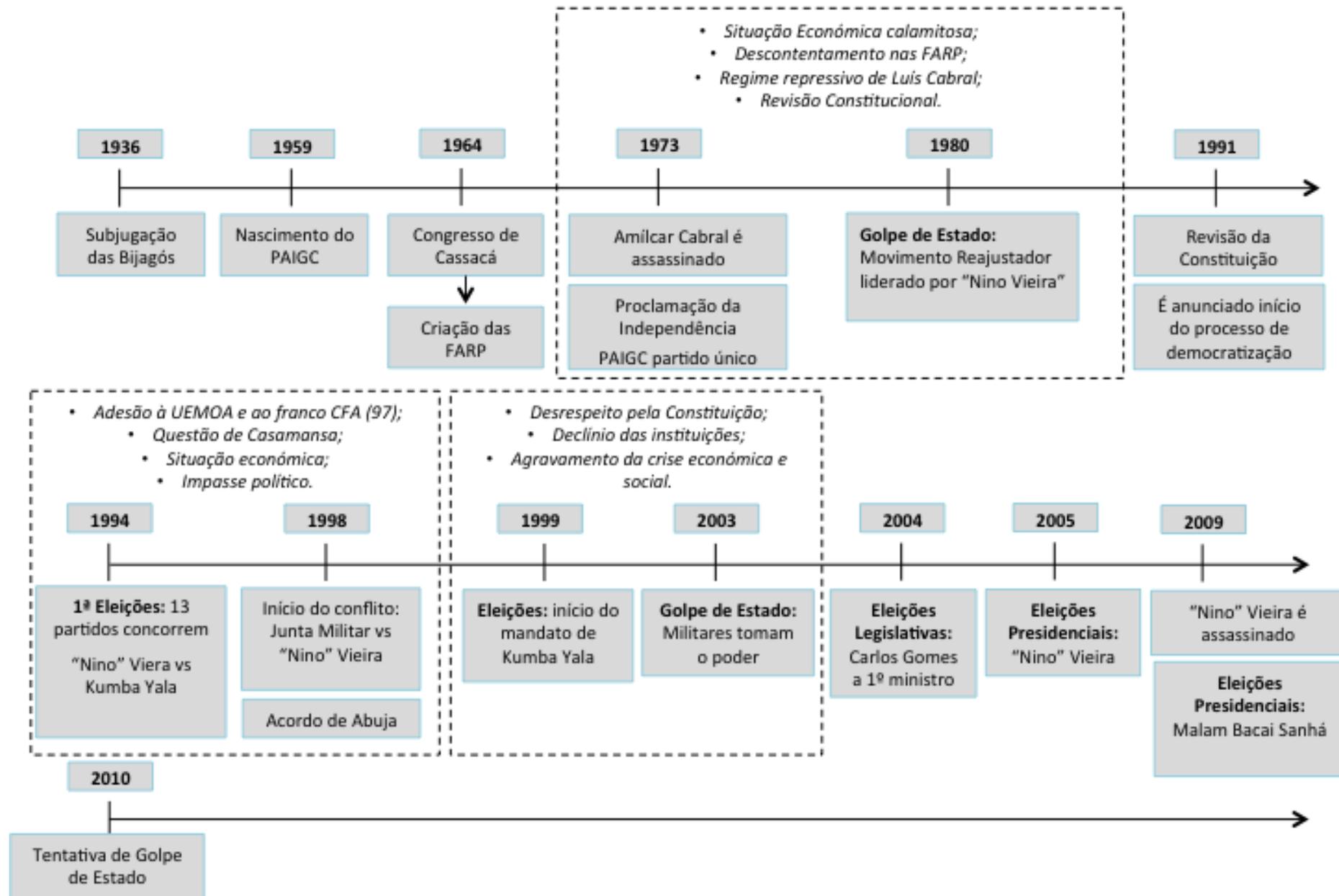


1 – Estrutura da Sociedade Civil, segundo conceito do Banco Mundial



2 – Organização Associativa no Quelele





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anderlini, S. N., & El-Bushra, J. (2004). *Post Conflict Reconstruction*. Obtido em 13 de 2 de 2011, de http://www.huntalternatives.org/download/39_post_conflict.pdf

Appiagyei-Atua, K. (Dezembro de 2002). *Civil society, human rights and development in africa: a critical analysis*. Obtido em 13 de Fevereiro de 2011, de <http://www.peacestudiesjournal.org.uk/dl/Civil.pdf>

Banco Mundial. (2005). *Engaging Civil Society Organisations in Conflict-Affected and Fragile States - Three African Country Case Studies*. Social Development Department. Nova Iorque: World Bank.

Banco Mundial. (Janeiro de 2001). *NGO Research Guide*. Obtido em 13 de Fevereiro de 2011, de http://library.duke.edu/research/subject/guides/ngo_guide/igo_ngo_coop/ngo_wb.html

Barros, M. (2010). *Associativismo Juvenil enquanto estratégia de integração social: o caso da Guiné-Bissau*. Lisboa: INEP.

Boubacar-Sid, B., Creppy, E., Gacitua-Mario, E., & Wodon, Q. *Conflict, Livelihood, and Poverty in Guinea-Bissau*. Washington D.C.: World Bank.

Cabral, A. (1974). Guiné-Bissau: Nação Africana Forjada na Luta. *Textos de Amílcar Cabral*. Lisboa: Nova Aurora.

Costa, A. F. (1986). A pesquisa de terreno em sociologia. In A. S. Silva, "*Metodologia das Ciências Sociais*" (p. 143). Porto: Afrontamento, Edições.

Dias, E. C. (2003). "*Da Escola Corânica Tradicional à Escola Árabi*". Lisboa: ISCTE.

Dowst, M. (Maio de 2009). *Working with Civil Society in Fragile States*. Obtido em 13 de Fevereiro de 2011, de <http://www.intrac.org/data/files/resources/621/Briefing-Paper-23-Working-with-Civil-Society-in-Fragile-States.pdf>

Fadul, F. (2002). *Para um estado transversal : da socioeconomia política a uma estratégia de desenvolvimento a longo prazo para a Guiné-Bissau*. Lisboa: Universidade Lusófona, Lisboa.

Ferreira, P. M. (2007). *Princípios para uma Intervenção Internacional Eficaz em Estados Frágeis - Relatório Guiné bissau*. Lisboa: IPAD/IEEI.

Fischer, M. (??). *Civil Society in Conflict Transformation Ambivalence, Potentials and Challenges*. Berlin, Germany.

Handem, A. (2008). *Análise Institucional das Organizações da Sociedade Civil*. Lisboa: IMVF.

IPAD. (Julho de 2008). Programa Indicativo Cooperação. *Portugal:Guiné-Bissau [2008-2010]* . Lisboa: IPAD.

Jong, J. T. (1988). “o Irã, o Fulano e a Doença”. *Soronda* (5), 3-15.

Lepri, J. P. (1986). Contribuição para a análise sociológica da Guiné-Bissau actual. (INEP, Ed.) *Soronda* (1), 143.

Lopes, Carlos (1982). *A Transição Histórica na Guiné-Bissau*. Paris: Institut Universitaire d'études du Développement.

Lopes, Catarina (2010). *Recortes da Guiné-Bissau 1900-2005*. Lisboa: FEC.

Lund, Uvin, & Cohen. (2006). *Building Civill Society in Post-Conflict Environments*. Woodrow Wilson international Center for Scholars.

M. Ferreira, P., & Faria, F. (2007). *An Adequate EU Response Strategy to address situations of fragility and difficult environments*. Lisboa: Presidência Portuguesa da UE.

Molyneux, M. (2005). Women's Grass-Roots Organisations and Solidarity Networks: A Rediscovered Policy Resource. In *Des breches dans la ville* (pp. 194-211).

NEPAD Secretariat. (2005). *African Post-Conflict Reconstruction Policy Framework*.

Nóbrega, Á. (2003). *A Luta pelo Poder na Guiné-Bissau*. Lisboa: ISCSP.

OCDE. (Março de 2008). *Principios para uma Intervenção Internacional eEicaz em Estados Frágeis e em Situações de Fragilidade*. Obtido em 13 de Fevereiro de 2011, de www.oecd.org/dac/fragilestate

- OIT. (2003). *O movimento associativo local e o papel desempenhado pela comunidade residente na melhoria das condições gerais de vida: O bairro de Quelele em Bissau - Guiné-Bissa*. Obtido em 7 de Agosto de 2011, de <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/quelele.pdf>
- OPLOP. (16 de Março de 2011). *Boletim 1.0 – Relatórios de agências internacionais mostram a dura realidade das crianças guineenses*. Obtido em 6 de Setembro de 2011, de Observatório dos Países de Língua Oficial Portuguesa: <http://oplop.wordpress.com/2011/03/16/boletim-1-0-relatorios-de-agencias-internacionais-mostram-a-dura-realidade-das-criancas-guineenses/>
- Osman, A. (2009). *Sudanese women in civil society and their roles in post-conflict reconstruction*. Obtido em 12 de Junho de 2011, de http://vbn.aau.dk/files/17059260/diiper_wp_14.pdf
- Paffenholz, T., & Spurk, C. (Outubro de 2006). *Civil Society, Civic Engagement, and Peacebuilding*. Obtido em 13 de Fevereiro de 2011, de http://siteresources.worldbank.org/INTCPR/Resources/WP36_web.pdf
- Parver, C., & Wolf, R. (2008). Civil Society's Involvement in Post-Conflict Peacebuilding. *International Journal of Legal Information*, 51-79.
- Pélissier, R. (1986). *História da Guiné – Vol. II (Vol. 2)*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Rombouts, H. (2009). *Civil Society Participaton in Fragile States: Critical Thoughts on the New Development Paradigm and its Implementation*. IOB.
- Sangreman, C. (2000). *Projecto de construção de um observatório de bem estar do bairro de Quelele*. Lisboa: CESA.
- SANGREMAN, C., CARREIRO, M., PROENÇA, F., RIBEIRO, H., FERNANDES, M., Moniz, M., et al. (2009). *Uma aplicação da metodologia de G. Hofstede: inquérito à cultura organizacional das ONGD em Portugal, Guiné e Cabo Verde*. Lisboa: CESA.
- Sangreman, P. (2000). *Planeamento em Bissau – Plano Urbanização do Quelele*
- Santos Silva, A., & M. Pinto, J. (1986). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Temudo, M. P. (2008). From "people's struggle" to "this war of today": entanglements of peace and conflict in Guinea-Bissau. *The Journal of the International African Institute*.
- Zeferino, G. (2003). "O conflito político-militar na Guiné-Bissau (1998-1999)". *Dissertação de Mestrado em gestão do Desenvolvimento e Cooperação Internacional*. Lisboa: IPAD.

Zeferino, G., Barros, M., Sousa Jr., F., & Sangreman, C. (2006). *A evolução política recente na Guiné-Bissau*. Lisboa: CESA.

Outras Fontes:

Soronda, Bissau

Expresso, Lisboa

Visão, Lisboa

Público, Lisboa

Diário de Notícias, Lisboa

Agência Lusa, Lisboa

